

Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural

INTRODUÇÃO

No decurso da história do seu desenvolvimento dos séculos XVIII e XIX, Portugal não seguiu qualquer padrão clássico (isto é, europeu) de exploração colonial, industrialização e acumulação primitiva de capital. Do mesmo modo, durante a maior parte do século XX, Portugal continuou a divergir dos típicos padrões de desenvolvimento industrial do Ocidente. O complexo conjunto de ideologias, estratégias, políticas (tanto explícitas como implícitas) e práticas que constituíram o «modelo económico» do regime de Salazar e Caetano esteve recheado de inconsistências, contradições e rigidezes. Em tal estrutura, a emigração tornou-se, por um lado, uma variável crucial na sobrevivência económica do País e contribuiu, por outro lado, para acentuar mais a rigidez estrutural.

Na última década houve várias análises da relação entre emigração e capitalismo. Castles e Kosack, 1972, e Ward, 1975, descreveram os efeitos da emigração na expansão capitalista do pós-guerra nos Estados «receptores». Cinanni, 1975, fez uma análise similar para a emigração italiana. Almeida e Barreto, 1976, cujo estudo permanece até hoje a melhor análise da emigração portuguesa, postularam a correspondência genérica entre os padrões dos fluxos emigratórios e os desequilíbrios historicamente persistentes resultantes das descolagens e convulsões do capitalismo portugueses.

No contexto de um estudo mais amplo que sustenta ter a emigração portuguesa funcionado como forma de acumulação de capital (E. Leeds, 1981), esta comunicação examina pormenorizadamente e em particular as bases ideológicas e as políticas do regime salazarista, cujas consequências foram as saídas maciças da população para o exterior na década de 1960. O regime de Salazar, embora reconhecendo a necessidade do desenvolvimento industrial, procurou controlar o ritmo da industrialização de modo a impedir a formação de um proletariado urbano potencialmente disruptivo e a manter moderada a inflação. Na realidade, um dos seus efeitos foi a manutenção de uma baixa absorção industrial de trabalho. O controlo da industrialização foi exercido através de políticas tais como a protecção da concorrência para alguns industriais mais importantes, o menosprezo pela formação técnica, o controlo sobre a aquisição de matérias-primas, a provisão selectiva de crédito e subsídios, a manutenção de baixos níveis salariais e a concentração da

* Massachusetts Institute of Technology.

indústria capital-intensiva mais importante nas regiões litorais, particularmente no Sul. A emigração em larga escala, retomada no final dos anos 40 para o Brasil e no fim dos anos 50 para a Europa, é examinada quer enquanto sintoma das condições da industrialização portuguesa, quer como uma causa da acentuada falta de trabalho qualificado no Norte e na indústria de construção civil do Sul.

O «modelo económico», embora conhecesse alterações de ênfase e de âmbito durante o regime, apresentou certa coerência que justifica o seu exame como estrutura continuada. O modelo patenteou as características seguintes:

- 1) Protecção dos interesses de uma aristocracia agrária, de uma burguesia mercantil e de industriais de pequena e média dimensão na primeira fase do regime (1928-50) e dos interesses de um sector industrial capital-intensivo em expansão nos anos posteriores (1950-74);
- 2) Tentativa de apertado controlo do ritmo de crescimento económico e industrial, visando impedir a formação de um proletariado urbano potencialmente disruptivo e uma inflação em espiral;
- 3) Manutenção de baixos custos (trabalho, matérias-primas) da produção industrial a par de altos lucros;
- 4) Acumulação regular e concentração de capital na região litoral e área meridional de Lisboa-Setúbal, em detrimento do interior do País;
- 5) Uma orientação prevalecente e sempre crescente para o comércio colonial e, eventualmente, para o desenvolvimento e defesa das colónias, em prejuízo do Portugal metropolitano.

Estes dois últimos aspectos firmam-se especialmente na segunda fase do regime. Dadas estas características gerais, o período pode ser dividido de maneira mais refinada nos segmentos seguintes:

- 1) 1928-40 — anos da ortodoxia salazarista; 2) 1940-45 — anos de guerra, suspensão parcial do modelo; 3) 1945-53 — fase de pré-modernização; 4) 1953-68 — fase de planeamento; 5) 1968-74 — fase tecnocrática.

Esta comunicação ocupa-se dos três primeiros períodos e das consequências da política de industrialização e da emigração nortenhas nesses anos.

O MODELO ECONÓMICO

O modelo, tal como operou na primeira fase do regime, foi sobretudo uma estratégia de desenvolvimento económico e social estável, controlado e ortodoxo, que era apoiado e imposto por uma burguesia industrial tradicional em busca de segurança através da protecção face à concorrência tanto interna como externa. As políticas e medidas económicas com relevância neste debate foram conduzidas no quadro institucional e ideológico do corporativismo, que, ao mesmo tempo, proclamava justiça social para todos e, de facto, operava no sentido da manutenção de rígidas barreiras de classe e de uma população rural isolada.

O modelo produziu resultados inesperados. Primeiro, a tentativa de manter os baixos salários industriais visou garantir elevados lucros e facultar

a única vantagem sobre os países industrializados da Europa — o trabalho barato. Os industriais portugueses vieram a descobrir, no início dos anos 60, que tais lucros eram realizados com o sacrifício da própria estabilidade da força de trabalho, que estava partindo ao encontro dos salários e serviços sociais da Europa, e, em última análise, a expensas dos níveis de produtividade. Segundo, as tentativas de controlar a concorrência interna e externa através dos complexos e, muitas vezes, arbitrários regulamentos de condicionamento industrial e da protecção aduaneira acabaram por permitir uma auto-suficiência e o isolamento, que ainda mais debilitaram a produtividade e até as capacidades de absorção de mão-de-obra.

O início da década de 60 assinala uma viragem no ritmo do desenvolvimento e uma mudança de ênfase nas suas prioridades. O Primeiro Plano de Fomento apareceu em 1953 e significou o começo de uma tentativa por parte de «jovens turcos» tecnocráticos para lançar o País no século XX, ainda que com certo atraso. Os anos 60 marcam também o princípio das dispendiosas guerras coloniais e uma elevação da taxa de emigração. Quando o modelo começa a alterar-se e é compreendido que a indústria teria de mudar drasticamente para poder competir com a Europa, os dados estavam lançados em termos de emigração. Os fortes protestos de agricultores e industriais nos anos de 1960 quanto aos efeitos ruinosos da falta de mão-de-obra nas suas empresas, mesmo quando escutados pelos funcionários governamentais, foram impotentes para deter o caudal, perante a realidade dos salários de pobreza e das condições de trabalho, a fraca absorção de mão-de-obra, os quase inexistentes serviços sociais e a falta de canais políticos de reivindicação. Pode até pôr-se a questão de o emprego e a retenção da força de trabalho dentro das fronteiras terem realmente constituído uma prioridade para o regime.

ESTRATÉGIAS DO MODELO

A questão atrás colocada — a absorção da mão-de-obra e a sua manutenção em Portugal constituíam uma prioridade para o regime? — levanta algumas interrogações fundamentais, não apenas sobre as prioridades de desenvolvimento do regime, mas também acerca das suas estratégias políticas. Deve recordar-se que Salazar iniciou o seu regime como um mediador entre, de um lado, a extrema direita e as forças conservadoras agrupadas atrás da bandeira religiosa e da ideia de restauração da Monarquia e, do outro lado, as forças republicanas. O papel de mediador persistiu ao longo dos quarenta anos do seu governo. O que mudou foram as forças a mediar. As *élites* possidentes industriais tradicionais do Norte viram-se periferizadas de forma crescente, à medida que o processo de centralização de capital e de industrialização capital-intensiva em larga escala nas áreas litorais e de Lisboa ia progressivamente beneficiando os industriais orientados para a renovação tecnológica. Foi do primeiro grupo, contudo, que Salazar recebeu muitos dos seus apoios políticos e a quem teve, ao menos na aparência, de retribuir tais apoios.

O processo de periferização dos interesses industriais do Norte tinha já começado em meados do século XIX; o Estado, sob Salazar, acompanhava tanto uma tendência bem firmada como, ao mesmo tempo, um processo de modernização industrial bastante atrasado. Da mesma forma que o regime desejava impedir a emergência de um proletariado urbano potencialmente

disruptivo, no decurso do desenvolvimento industrial, procurava também evitar a alienação dos seus apoios industriais tradicionais. Schmitter defendeu que a forma tomada pelo corporativismo e pelo desenvolvimento capitalista portugueses foi, em parte, uma tentativa de compartimentação de interesses sectoriais de modo a evitar conflitos entre sectores no processo de desenvolvimento:

[...] o corporativismo funcionou para impedir a emergência de uma hegemonia de classe óbvia ou a confrontação de grupos polarizados, e a consequente perda da autonomia do estado que, de outra forma, poderia ter resultado do desenvolvimento capitalista [...] O corporativismo em Portugal esteve [...] intimamente relacionado com as exigências da acumulação e reprodução capitalistas. A sua «harmonia» forçada intra e interclassista, conjugada com a compartimentação e a burocratização do conflito sectorial, contribuiu significativamente para estabelecer e sustentar a viabilidade de um tal padrão de transformação económica gradual na periferia dos centros mais autónomos e dinâmicos, isto é, liberais, do desenvolvimento capitalista. [Schmitter, p. 59.]

Harry Makler, desenvolvendo a tese de Schmitter, leva mais longe a análise a respeito dos sectores industriais. Argumenta que o regime compartimentou efectivamente a *élite* industrial tradicional através da instituição do sistema dos grémios na estrutura corporativa. Os grémios eram associações de interesses, ou guildas patronais de proprietários rurais (grémios de lavoura), industriais e comerciantes, estabelecidos originariamente em 1933 para regular a produção de certas mercadorias de exportação e a comercialização de certas importações. Foi por intermédio dos grémios que as regulamentações do condicionamento industrial foram postas em prática ¹.

Makler vê os grémios industriais como uma instituição mandatária de articulação de interesses que, de facto, não representava efectivamente os interesses da velha *élite*:

[...] pode argumentar-se que os grémios serviram de instituição apaziguadora e amortecedora [...] Os grémios [...] permitiram ao regime facultar uma expressão política controlada à *élite* possidente. Esta constituía um grupo a que o regime estava vinculado, mas que desejava manter sem margem de manobra, um grupo em que o poder do regime se baseou, mas ao qual pouco poder era concedido [...] Talvez seja mais correcto sustentar-se que o regime sentia que os interesses deste grupo estavam excessivamente enraizados no passado rural e, como tal, não correspondiam aos projectados «interesses nacionais». [Makler, p. 149.]

A «harmonização» de interesses sectoriais não podia ir muito mais longe. As políticas promovidas no contexto do modelo económico eram parte de uma estratégia de desenvolvimento controlado e de manutenção do apoio político entre interesses cada vez mais diversificados. Mas acabaram por resultar em contradições que refrearam severamente o processo de desenvolvimento. Onde o dilema se pode ver melhor é nas políticas específicas de

¹ Descrições detalhadas do sistema de grémios podem encontrar-se em Makler, 1979, pp. 123-165; Lucena, 1976, pp. 264-287; Wiarda, 1977; e Schmitter, 1975.

regulação do trabalho industrial, nas implicações de tais políticas quanto à vaga emigratória dos anos de 60 e nos efeitos da emigração na indústria do Norte.

Uma das discussões mais ambíguas havidas durante a alta da emigração portuguesa para a Europa nos anos 60 e o início de 70 diz respeito ao efeito do êxodo maciço na indústria. Os efeitos da emigração na agricultura, especialmente no Norte, eram nítidos — abandono generalizado do cultivo e quebra substancial nos níveis de produtividade. Os efeitos na indústria surgiram, porém, com grandes variações, dependendo do tipo e localização da indústria, do nível da qualificação envolvida, das condições oferecidas à força de trabalho numa dada fábrica e de se o empresário operava com a fórmula de trabalho abundante/baixos salários/lucros grandes, ou não. Muitas vezes, as angustiadas queixas de industriais, de que a sua mão-de-obra estava a desaparecer, eram, de facto, reclamações de que os seus *excedentes* de força de trabalho rareavam ou de que a mão-de-obra qualificada lhes faltava.

As questões relativas aos efeitos da emigração na indústria têm de ser vistas genericamente no contexto do modelo económico e, mais especificamente, em articulação com aspectos particulares da estrutura industrial — estrutura de salários, o sistema de salários, o sistema de aprendizagem, os contratos colectivos, os sindicatos verticais e a formação técnica e profissional (ou a sua ausência). Apenas no quadro de uma discussão destes aspectos ganha sentido o problema das carências de mão-de-obra.

INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Um dos mais consistentes lamentos dos industriais nos anos 60 era que a emigração estava a retirar-lhes a sua mão-de-obra mais qualificada. Tal drenagem foi, na realidade, uma dupla perda — tanto dos trabalhadores qualificados, como do tempo investido num sistema de prolongada aprendizagem. Uma apreciação da atitude do regime em relação à educação para «as massas» e da falta acentuada de formação profissional dará o contexto do protesto dos industriais.

Um dos principais alicerces ideológicos da primeira fase do regime era a noção de estabilidade, alimentada, em parte, pela glorificação da vida rural. As virtudes da vida rural eram inculcadas no programa de estudos primários e estavam também implícitas na noção elitista do regime de que a alfabetização não era realmente necessária para uma vida produtiva. Salazar e Caetano, nos primeiros anos, viram uma população analfabeta como estando protegida das influências corruptoras da «literatura subversiva» (Mónica, 1979).

Salazar e Caetano entendiam a sociedade como uma «estrutura hierárquica imutável» que estava «na origem de uma concepção específica do papel da escola, concepção segundo a qual a escola não se destinava a servir de agência de distribuição profissional ou de detecção do mérito intelectual, mas devia antes ser usada como aparelho de doutrinação. Para o salazarismo não havia, aliás, qualquer necessidade de justificar as desigualdades económicas, inevitáveis e instituídas por Deus. Convinha, pelo contrário, rebater as falsas ideias do passado que apresentavam a escola como a 'grande niveladora'. Salazar afirmava mesmo categoricamente que a educação, só por si, pouco nivelaria, ou seja, que, numa sociedade naturalmente hierar-

quizada, a educação pouco poderia contribuir no sentido de uma maior igualdade» (Mónica, 1979)².

Marcelo Caetano via também a sociedade em termos de segmentos compartimentados, ordenados pelas aptidões intelectuais inatas:

O mérito e a classe social encontravam-se, assim, intimamente relacionados; a estrutura social, divinamente instituída, tinha um fundamento psicológico. Pensar bem requeria um prolongado exercício mental e uma preparação estranhos às classes inferiores; por conseguinte, ao nascer nelas, uma criança só muito dificilmente conseguiria ascender na escala social. Deste modo, Macello Caetano reconhecia, e aceitava, o papel que os factores sociais desempenhavam no desenvolvimento intelectual, mas para negar a possibilidade de mobilidade ascendente. Nas suas próprias palavras, «uma criança inteligente, filha de um operário hábil e honesto, pode, na profissão do seu pai, vir a ser um trabalhador exímio, progressivo e apreciado, pode chegar a fazer parte do escol da sua profissão, e assim deve ser». [Mónica 1979, p. 26.]

Com tal concepção do mundo, a alfabetização das massas tinha escassa prioridade no regime. Para Salazar, «os analfabetos tinham a sua própria cultura, portavam-se com decência e eram trabalhadores diligentes. O analfabetismo não devia, portanto, ser considerado sinónimo de ignorância ou de imoralidade. Os analfabetos podiam ser bons, viver decentemente e ser felizes — em geral não faziam mal uns aos outros, não tinham ambições, estavam satisfeitos e eram submissos»³.

Para Salazar, mais importante do que ensinar o povo a ler era a criação de uma *élite* nacional:

Considero mesmo a formação de vastas *élites* mais urgente do que ensinar a ler ao povo, pois os grandes problemas nacionais hão-de ser resolvidos, não pelo povo, mas por *élites* que formarão as massas⁴.

Certos apoiantes do Estado Novo foram críticos desta atitude contrária à alfabetização, sustentando que uma certa dose de instrução seria útil para doutrinar e arregimentar a população. Salazar acabou por tomar uma posição de compromisso seleccionando cuidadosamente o conteúdo dos materiais didácticos. A posição oficial era que «o Governo faltaria aos seus mais sagrados deveres caso abandonasse o povo a todas as iniquidades e aberrações da inteligência humana». O Estado neutralizava o risco de abrir a consciência das massas em demasia pela reintrodução (após a pedagogia mais secularizada da República) de doses maciças de doutrinação religiosa em todas as escolas oficiais (Mónica, 1979, p. 8). Com tal perspectiva, o efeito nos níveis de alfabetização em Portugal por toda a década de 1960 foi desastroso. Esta atitude teve igualmente graves implicações na formação técnica das massas.

Como se pode ver no quadro n.º 1, as taxas de analfabetismo eram ainda mais elevadas em 1970.

² Mónica, 1979, p. 24, referindo Salazar, *Discursos I* (prefácio), pp. 30-31.

³ Id., pp. 8-9, citando o discurso de um sacerdote na Assembleia Nacional de 1938, «constituindo o melhor exemplo de como os nacionalistas encaravam o analfabetismo».

⁴ Salazar, in *Anais da Revolução Nacional*, vol. IV, p. 259, citado em Mónica, 1979, p. 4.

Taxas de analfabetismo da população residente com mais de 14 anos, por distritos

[QUADRO N.º 1]

Distritos	População residente	População residente com 14 anos e mais (estimativa)	Indivíduos de 14 anos e mais sem possuírem nem frequentarem o ensino primário elementar			Dos quais são analfabetos		
	2 (Número)	3 (Número)	4 (Número)	5 (% 4/2)	6 (% 4/3)	7 (Número)	8 (% 7/2)	9 (% 7/3)
Total	8 611 125	6 372 232	3 173 140	36,8	49,8	1 789 360	20,7	28,1
Aveiro	545 230	403 470	189 290	34,7	46,9	88 195	16,1	21,9
Beja	204 440	151 285	100 695	49,3	66,6	69 890	34,2	46,2
Braga	609 415	450 967	207 585	34,1	46,0	116 670	19,1	25,9
Bragança	180 395	133 492	72 840	40,4	54,6	48 495	26,9	36,3
Castelo Branco	254 355	188 222	115 490	45,4	61,4	82 205	32,3	43,7
Coimbra	399 390	295 541	172 805	43,3	58,5	94 765	23,7	32,0
Évora	178 475	132 071	83 570	46,9	63,3	53 365	29,9	40,4
Faro	268 240	198 497	125 175	46,7	63,1	78 840	29,4	39,7
Guarda	210 720	155 932	93 150	44,2	59,8	59 505	28,2	38,2
Leiria	376 940	278 935	163 965	43,5	58,8	93 295	24,8	33,4
Lisboa	1 568 020	1 160 334	431 180	27,5	37,2	217 110	13,8	18,7
— cidade	760 150	562 511	174 375	22,9	31,0	81 410	10,7	14,5
Portalegre	145 545	107 703	71 295	49,0	66,2	48 285	33,2	44,9
Porto	1 309 560	969 074	390 240	29,8	40,3	192 890	14,7	19,9
— cidade	301 655	223 225	64 320	21,3	28,8	28 305	9,4	12,7
Santarém	427 995	316 716	187 985	43,9	59,4	110 325	25,8	34,8
Setúbal	469 555	347 470	169 980	36,2	48,9	97 215	20,7	28,0
Viana do Castelo	250 510	185 377	108 955	43,5	58,8	57 125	22,8	30,8
Vila Real	265 605	196 547	103 850	39,1	52,8	64 465	24,3	32,8
Viseu	410 795	303 908	177 160	43,1	58,3	100 180	24,4	33,0
Angra do Heroísmo	85 650	63 381	32 580	38,0	51,4	15 390	18,0	24,3
Horta	40 600	30 044	15 470	38,1	51,5	6 035	14,9	20,1
Ponta Delgada	158 765	117 486	60 655	38,2	51,6	32 745	20,6	27,9
Funchal	251 135	185 840	99 220	39,5	53,4	62 410	24,9	33,6

Fonte: *Recenseamento da População*, 1970, elementos não publicados. (Reproduzido em António Teodoro, *Sobre as Qualificações Escolares e Profissionais dos Trabalhadores Portugueses*, Lisboa, Seara Nova, 1977, pp. 22-23.)

Teodoro assinala que 3 173 140 pessoas, isto é, 49,8% da população portuguesa com mais de 14 anos, não tinham instrução primária; destes, 1 789 360, ou seja 28,1%, não sabiam ler nem escrever (Teodoro, p. 24)⁵. Os distritos cujas taxas de analfabetismo estavam acima da média nacional: Bragança (36,3%), Castelo Branco (43,7%), Vila Real (32,8%) e Viseu (33,0%), eram também os distritos de taxas de emigração mais altas.

As taxas de analfabetismo são a consequência mais óbvia da mentalidade elitista do regime. Devem, contudo, ser cotejadas com os números sobre formação técnica e profissional de trabalhadores industriais para se dar conta de todos os efeitos da ausência de oportunidades de instrução na indústria. Dois estudos elaborados no final dos anos 60, ambos com base estatística no *Inquérito Industrial* oficial de 1964, mostram concludentemente⁶ o baixíssimo nível de formação profissional dos trabalhadores da indústria. Os quadros n.ºs 2 e 3 mostram a distribuição distrital da força de trabalho industrial (incluindo quadros técnicos e de gestão) com formação profissional e o nível de formação técnica dos simples operários fabris:

Distribuição distrital da força de trabalho com formação técnica (percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Distritos	Pessoal na indústria	Pessoal com formação técnica			Operários com curso industrial
		Total	Engenheiros	Agentes técnicos	
1	2	3	4	5	6
Continente.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aveiro	9,5	6,2	5,8	6,7	6,3
Beja	0,6	0,1	0,3	0,2	0,1
Braga	9,6	3,1	2,7	3,2	3,2
Bragança	0,3	0,7	0,7	0,3	0,7
Castelo Branco	2,4	2,1	1,6	0,5	2,6
Coimbra	2,9	1,8	2,3	1,0	1,8
Évora	0,8	0,4	0,3	0,4	0,4
Faro	2,5	0,4	0,5	0,4	0,3
Guarda	0,9	0,6	0,6	1,1	0,4
Leiria	4,0	3,3	3,4	2,2	3,5
Lisboa	26,4	46,7	41,9	42,5	49,3
Portalegre.....	0,7	0,6	0,4	0,6	0,7
Porto	24,9	15,4	19,4	17,3	13,5
Santarém	3,4	3,5	4,0	3,7	3,3
Setúbal	7,7	10,8	10,7	11,9	10,7
Viana do Castelo	1,0	1,0	0,7	0,9	1,2
Vila Real	0,6	0,2	0,7	0,2	0,1
Viseu	1,0	0,8	1,3	1,4	0,5
Diversos	0,8	2,3	2,7	5,5	1,4

Fonte: INE, *Inquérito Industrial, Continente* — 1964, t. I, vols. I e II (in Sedas Nunes et al., p. 339).

⁵ É interessante notar que aqueles distritos com as mais altas taxas de analfabetismo (coluna 9), em particular Beja (46,2%), Évora (40,4%) e Portalegre (44,9%), estão todos situados no Alentejo, onde o trabalho assalariado latifundiário predomina e onde as «doses maciças de doutrinação religiosa» encontrariam menor aceitação, visto que a igreja católica era olhada, na melhor hipótese, com cepticismo.

⁶ Os dois estudos são: A. Sedas Nunes, Vitor Ferreira e Joaquim Aguiar, «Níveis de instrução na indústria portuguesa», in *Análise Social*, n.ºs 27-28, 1970; e Mário Murteira, Isilda Branquinho A. de Matos e Acácio F. Catarino, *Recursos Humanos em Portugal*, «Cadernos do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra», Lisboa, 1969. Ambos se baseiam no *Inquérito Industrial de 1964*, Instituto Nacional de Estatística.

Nível de qualificação técnica dos trabalhadores industriais

[QUADRO N.º 3]

Distritos	Pessoal		
	Operários	Pessoal com curso secundário industrial	$\frac{(3)}{(2)} \times 100$
1	2	3	4
Continente	498 174	6 032	1,21%
Aveiro	48 374	378	0,78%
Beja	2 772	1	0,03%
Braga	50 471	191	0,37%
Bragança	1 263	43	3,40%
Castelo Branco	12 108	154	1,27%
Coimbra	14 810	111	0,74%
Évora	4 279	24	0,56%
Faro	13 185	18	0,13%
Guarda	4 763	26	0,54%
Leiria	20 270	211	1,04%
Lisboa	124 430	2 979	2,39%
Portalegre	3 476	40	1,15%
Porto	127 138	820	0,64%
Santarém	16 724	201	1,20%
Setúbal	37 709	644	1,70%
Viana do Castelo	4 932	72	1,45%
Vila Real	2 898	6	0,20%
Viseu	4 955	28	0,56%
Diversos	3 510	85	2,42%

Fonte: INE, *Inquérito Industrial, Continente — 1964*, t. I, vol. II (in Sedas Nunes *et al.*, p. 341).

Os números que constam dos dois quadros não só indicam o baixo nível de formação técnica e profissional da força de trabalho industrial, mas também confirmam a concentração geográfica nas cidades do litoral das indústrias tecnicamente mais avançadas, medidas pelo nível de formação técnica. Como Sedas Nunes *et al.* assinalam, nos distritos de Braga, Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal encontram-se 78,1% do total da população industrial do País, 82,2% do pessoal com formação técnica, 80,5% do total de engenheiros e 83,0% dos trabalhadores de indústria com formação profissional.

Ainda mais expressivos são os números desagregados por ramos de indústria. Da maior relevância para a presente discussão é o nível técnico dos trabalhadores têxteis, que constituem o grupo industrial singular mais vultoso em Portugal (119 400 em 1964), com um dos níveis técnicos mais baixos (ver quadro n.º 4).

A maior parte das fábricas têxteis situam-se na área industrial do Norte, que se estende do Porto a Braga-Guimarães. Era precisamente o ramo têxtil desta área que mais reclamava quanto à falta de mão-de-obra em resultado da emigração ⁷.

Pode argumentar-se que os níveis de instrução têm necessariamente de ser superiores nas indústrias petroquímicas tecnicamente avançadas ou nas

⁷ Os baixos níveis de instrução da força de trabalho reflectem-se também nos níveis etários da força de trabalho civil, como registou Peter Thormann, «Employment and Earnings in Portugal, 1953-1967», in *International Labor Review*, vol. 99, 1969, p. 592:

instalações metalúrgicas altamente automatizadas, em comparação com as fábricas têxteis. O que só seria verdade se se assumisse que a indústria têxtil tinha de ser o sector tradicional não automatizado que era, apesar de algumas excepções notáveis, até aos anos 60. Todavia, o meu ponto de vista é que a natureza dos «princípios» económicos promovidos pelo regime de Salazar — o sistema educacional elitista, a manutenção de uma força de trabalho abundante e barata e a protecção da concorrência interna e externa — actuava para manter a indústria, e em particular a indústria têxtil, num estado em que pudesse sobreviver, até um certo ponto, sem avanços técnicos importantes e com uma força de trabalho formada em aprendizados excessivamente longos dentro das fábricas. Era através do sistema de aprendizagem que a formação técnica se ministrava.

O SISTEMA DE APRENDIZAGEM

A política formal do regime quanto à aprendizagem para as categorias de trabalho qualificado pode ser conhecida mais nitidamente no contrato colectivo de trabalho produzido para cada ramo industrial como «acordo» entre o grémio industrial e os sindicatos do sector. A secção sobre aprendizes no Contrato Colectivo de Trabalho para as Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas de 1960, como no de 1968, estipula que a idade de admissão de aprendizes é de 14 anos, ainda que jovens de 12 anos possam ser admitidos mediante autorização do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP). Os aprendizados duravam formalmente entre quatro e seis anos, dependendo o período do grupo de qualificação considerado⁸. Apesar do regulamento contratual, era, porém, frequente a admissão de crianças com

Quadro II. Força de trabalho civil — distribuição por idades e taxas de participação por idade e sexo, 1960

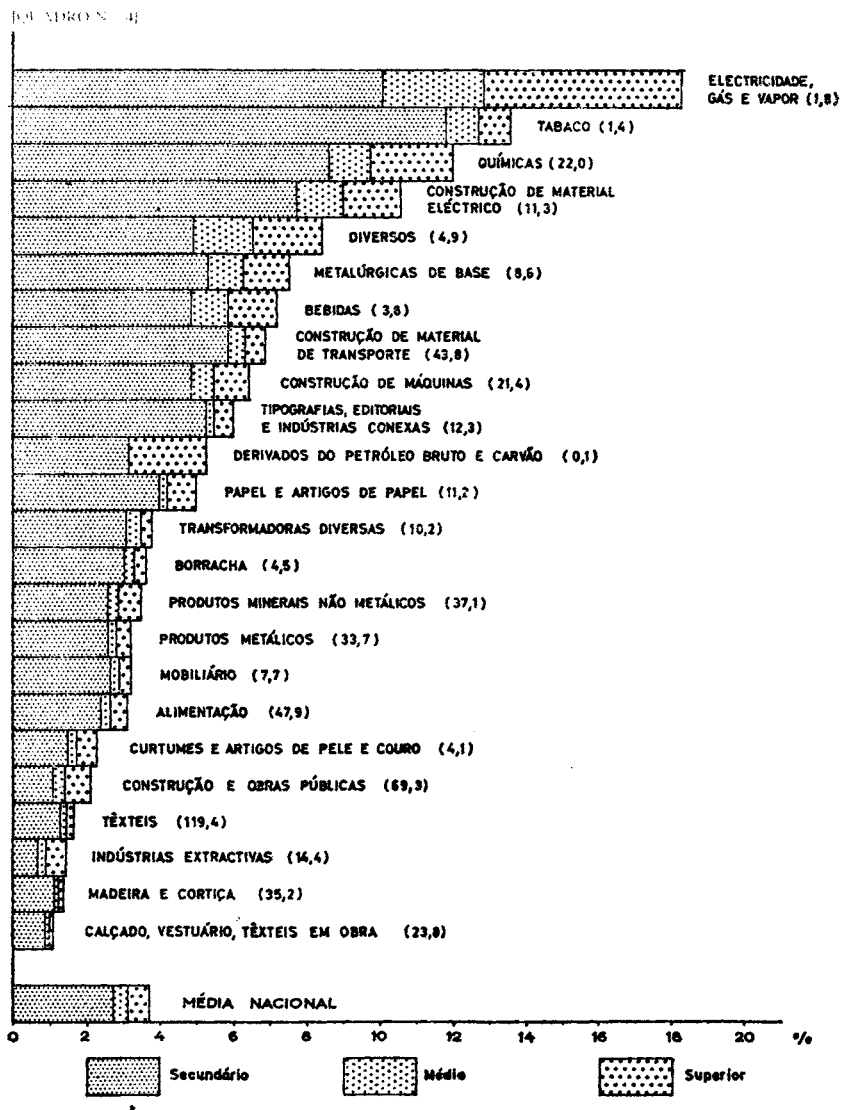
Idade	Força de trabalho civil (percentagem)	Taxas de participação da força de trabalho civil (percentagem)	
		Mulheres	Homens
10-14.....	5,0	34,7	8,0
15-19.....	11,6	86,5	27,0
20-29.....	23,0	92,4	23,1
30-39.....	20,4	97,3	15,9
40-49.....	16,3	95,9	14,4
50-64.....	17,4	88,2	13,0
Mais de 64.....	6,3	62,9	7,8
Total.....	100,0	80,8	15,9

Fonte: *Anuário Estatístico*, cit.

Thormann destaca que a percentagem da força de trabalho com menos de 20 anos — 16,6% — é substancialmente maior do que nos países da Europa do Noroeste, onde a percentagem média do mesmo grupo etário é 7% (p. 592). A informação para estes países é de E. F. Denison, *Why Growth Rates Differ*, Washington, Brookings Institution, 1967. Os outros países analisados são a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Alemanha Ocidental, a Holanda, a Noruega e o Reino Unido. Estes números são corroborados pelos da OCDE, *Mediterranean Regional Project — Portugal* (Paris, 1966), Appendix B, pp. 193-220. O estudo da OCDE verifica ainda que entre encarregados, trabalhadores qualificados e não qualificados, que perfazem juntos 93% da força de trabalho industrial, 95% têm quatro anos ou menos de instrução primária, «o que indica o nível muito baixo de instrução alcançada pela força de trabalho industrial» (Thormann, p. 594).

⁸ A idade dos aprendizes está estipulada na cláusula 10, p. 18, tanto no contrato de 1960 como no de 1968. A duração dos aprendizados encontra-se na cláusula 12, p. 19 do contrato de 1960. No contrato de 1968, a duração foi reduzida a quatro anos para a maior parte dos grupos (cláusula 12, p. 18).

**Percentagens de pessoal com curso secundário,
médio ou superior, relativamente à totalidade do pessoal
ao serviço em cada sector industrial**



apenas 9 ou 10 anos como aprendizes, permanecendo nessa situação durante um período de oito a dez anos. Entrevistas com donos de fábricas e gerentes no ramo têxtil revelaram que a duração da aprendizagem excedeu muitas vezes o tempo regulamentar. Os aprendizados prolongados eram vistos como um meio de manter os custos de trabalho mais baixos, visto que a taxa de remuneração dos aprendizes era qualquer coisa como 1/3 a 2/3 da taxa para o pessoal já qualificado, conforme a idade e o número de anos de serviço⁹. Do ponto de vista dos proprietários das fábricas, para além de um travão aos salários, a aprendizagem era o único meio de formação técnica da sua mão-de-obra. Apesar dos abusos aos regulamentos dos contratos colectivos sobre aprendizes, os proprietários reconheciam o papel formativo das suas fábricas na ausência de formação técnica de iniciativa estatal e reconheciam igualmente os investimentos que estavam a fazer na força de trabalho nacional. Como adiante se verá, a reclamação fundamental dos industriais em consequência da emigração foi a grave perda de formação técnica, a fuga para o estrangeiro da sua mão-de-obra qualificada formada na própria fábrica e, por isso, a perda dos seus investimentos em mão-de-obra. De realçar que, no contexto geral da atitude do regime em relação à instrução e formação técnica, a par do sobreprotecção e isolamento da indústria portuguesa, os industriais do Norte do País, em particular, sentiam-se afectados pelas consequências da emigração e pelo desinteresse do regime para com as suas necessidades.

A contribuição do sistema de aprendizes na manutenção de baixos salários foi crucial para o objectivo global do modelo económico. A comprovação de que os salários industriais portugueses, relativamente aos países mais industrializados da CEE, eram excessivamente baixos não constitui novidade. É útil reiterá-la aqui, contudo, dado que a estrutura salarial foi o factor individualizado mais importante no impulso à emigração. O quadro n.º 5 evidencia expressivamente o marcado diferencial de salários entre Portugal e os países da CEE em 1962, o momento em que a emigração conheceu acentuada elevação¹⁰.

O quadro mostra claramente que, particularmente na indústria têxtil (terceira e quarta linhas), os salários não só são os mais baixos no conjunto das indústrias portuguesas, mas também estão entre os mais baixos ramos da indústria portuguesa relativamente aos países do Mercado Comum. Acentue-se novamente que a indústria têxtil está localizada principalmente no Norte, a zona de maior emigração.

Sem dúvida, os esforços do regime para manter uma força de trabalho abundante e barata, atrás debatidos, foram facilitados pelo mecanismo de aprendizados prolongados, que, por seu turno, se impuseram pela ausência de formação técnica promovida pelo Estado. A manutenção dos baixos salários era, além disso, possibilitada pela exclusão de qualquer hipótese de ver-

⁹ As tabelas salariais, por zonas do País, grupo de qualificação e nível encontram-se nas pp. 63-66 do contrato de 1960 e nas pp. 59-60 do contrato de 1968.

¹⁰ A fonte do quadro n.º 5 é V. Xavier Pintado, «Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus», in *Análise Social*, vol. V, n.º 17, 1967. Uma discussão dos baixos salários portugueses relativamente aos países da CEE pode encontrar-se também em Thormann:

O salário industrial em Portugal durante o período em referência (1953-67) era bastante baixo, comparado com o dos países da Europa do Noroeste. O nível salarial da indústria manufactureira, por exemplo, em 1965 era inferior a US \$1,50 por dia. Mesmo os trabalhadores manuais de maior qualificação, na região e indústria de melhores remunerações, raramente ganhavam mais de US \$4,50 por dia [p. 596].

**Salário médio horário em diversas indústrias em Portugal e nos países da CEE em 1962,
expresso em termos de poder de compra do escudo em Portugal**

[QUADRO N.º 5]

Indústrias	Portugal	Alemanha	Bélgica	França	Holanda	Itália
Refinação de açúcar	11\$38	28\$39	24\$53	19\$64	24\$27	20\$42
Cerveja	8\$36	32\$58	21\$38	18\$75	24\$79	20\$77
Fiação e tecelagem de algodão	4\$33	25\$25	18\$38	15\$61	21\$86	17\$53
Fiação e tecelagem de lã e outras fibras	4\$55	25\$49	17\$85	16\$61	20\$64	18\$73
Papel e pasta de papel	5\$73	30\$74	23\$90	21\$32	26\$20	21\$50
Químicas	8\$12	85\$80	25\$74	25\$07	29\$36	23\$14
Borracha	4\$44	31\$87	22\$73	20\$94	24\$01	26\$87
Cimento	8\$99	33\$79	32\$07	24\$64	—	21\$90
Artigos de porcelana, faiança e grês fino	5\$14	26\$05	19\$16	16\$28	21\$02	18\$84
Máquinas-ferramentas	5\$85	31\$29	27\$10	23\$31	27\$81	21\$83
Maquinaria e material eléctrico	6\$90	29\$95	23\$07	20\$10	21\$41	21\$14
Construção e reparação naval ..	9\$11	33\$61	31\$91	23\$22	28\$56	24\$05

dadeira negociação laboral através de sindicatos independentes. A seguir discuto os sindicatos verticais e as percepções dos trabalhadores acerca da sua viabilidade como canal reivindicativo.

SINDICATOS

Os salários em Portugal, tal como os regulamentos de aprendizes, eram determinados através de «acordos» entre as associações patronais — os grémios — e os sindicatos, sendo qualquer destas entidades controladas pelos ministérios do Estado Corporativo de Salazar. O fraco poder contratual e a quase completa falta de independência dos sindicatos é um facto bem documentado ¹¹. Para além de os canais normais de representação laboral e reivindicação estarem suprimidos, caso da negociação colectiva e da greve, os próprios sindicatos eram muitas vezes vistos como representando os interesses do patrão ou como uma instituição de caridade. A suspeita por parte dos trabalhadores de que o sindicato fosse mais um mecanismo de controlo das administrações do que um apoio do trabalhador está reflectida nas citações seguintes, transcritas de entrevistas feitas a trabalhadores fabris em 1971 ¹²:

O senhor tem confiança no Sindicato?

Na delegação da vila não tenho confiança nenhuma pelo que vejo e pelo que ouço, porque nós vamos lá informar-nos e estamos a descer as escadas para nos virmos embora e o patrão da fábrica já está a saber aquilo que fomos lá fazer. Ora isso não está certo [...] Nós automaticamente podemos ser inscritos na lista negra da firma e o patrão por qual-

¹¹ A discussão do papel dos sindicatos na estrutura corporativa e/ou da sua incapacidade enquanto autênticos representantes do trabalho pode encontrar-se em Pinto e Moura, Lucena, Wiarda, Schmitter e Thormann.

¹² Raul da Cruz, *Operários em Diálogo*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1976. As entrevistas integravam um estudo da industrialização em zonas rurais, conduzido em 1971 numa cidade industrializada do Centro de Portugal.

quer coisa de nada mandar-me embora [...] Veja este pormenor, agora quando fui levantar os livros para o meu filho estava lá um indivíduo que desconhecia que era necessário ser sócio com cartão, porque o indivíduo que desconta não é sócio, desconhecia que era preciso ter cartão para ter direito aos livros [p. 57].

O que é que o Sindicato lhe fez?

Não fez nada [...] O Sindicato qualquer um que lá vá perguntar qualquer coisa, eles em vez de serem pelo empregado são pelo patrão [p. 77].

É sócio do Sindicato?

Desconto para lá, mas não sou sócio [...] A minha opinião é que o Sindicato devia fazer mais pelos trabalhadores, porque o Sindicato vai o operário fazer queixa e ele não zela o interesse do operário. Talvez zele mais o interesse do patrão do que do empregado [pp. 91-92].

E do Sindicato qual é a sua opinião? Faz alguma coisa pelos trabalhadores, não faz nada, deveria fazer mais...

O Sindicato está comprado.

Comprado?!

Comprado pelos patrões e o empregado que lá vai queixar-se fica logo debaixo de ponta... [p. 105].

Uma resposta alternativa à do cinismo expresso atrás é a da deferência completa e do tirar o chapéu obsequioso, resposta esta estimulada e quase exigida pelo paternalismo tão característico do regime. As cartas a seguir transcritas, provenientes dos arquivos do Sindicato Têxtil do Distrito de Braga, foram escritas a um funcionário sindical por um trabalhador em 1965¹³:

*Exmo. Sr. Alberto Martins - Em primeiro de tudo estou
que o Sr. ao receber esta minha carta o vá encontra-
com saúde mais a todos os colegas do Sr. Martins da
e do sindicato e também desejo saúde para a esposa e
filhas do Sr. Martins. Eu José Augusto de Freitas o
deante que está arescelir esmola do sindicato fez descul-
pas pelo meu atrevimento de escrever esta carta ao Sr.
Mas assim a minha infeliz sorte me obriga. Sr. Martins
pedia-lhe pela boa sorte (?) de suas filhas para não*

¹³ Quero agradecer a Alice Ingerson, doutorada em Antropologia, da John Hopkins University, por ter partilhado comigo as suas descobertas e documentação.

se eximir de mim e dos meus, custumão - me
darem essa [essa] esmola de 2 em 2 milhas e desde
maio que não arrebato onde me faz falta tanto a mim
e como aos meus. Lá fêzo a Deus nas minhas orações
[orações] saude para o Sr. Martins e para toda a família
e amigos, para ter pena deste pobre deente que tanto
precisa do Sr. e do sindicato.

Pego ao Sr. Martins [ouvir?] a me judicão
dax essa esmola eu mandam ir a e [ai] o meu irmão
tu com o Sr. Martins.

Desde já muito agradeço ao Sr. e ao sindicato
ca fêzo a pedir a Deus pelo senhor e pela família.
Deus lhe pague [pague] com saude, o que o Sr.
fêz a este pobre deente.

fêzo desculpa e perdão ao Sr. pelo meu
atrevimento [?] e mais uma vez peço ao Sr. para ter
pena de mim e dos meus filhos para não passarem
fome.

Com ajuda dessa esmola que me dão ^{sr} este
criado do Sr. Martins.

Quer as respostas à entrevista quer a carta, apesar do tom diverso, demonstram o papel do Sindicato como um serviçal da Administração ou como um perpetuador das relações de classe que determinavam a posição do trabalho.

A falta de liberdade dos sindicatos para actuarem como agentes independentes foi um facto bem reconhecido tanto dentro como fora de Portugal. A Organização Internacional do Trabalho censurou publicamente o Governo Português pela sua posição em matéria laboral em 1961, acto esse que o Governo Português ignorou totalmente até à revolução de 1974, quando as violações ao trabalho foram eliminadas no decurso do desmantelamento geral do regime de Salazar e Caetano.

Ainda que o Governo publicasse um certo número de alterações à legislação laboral no período em geral liberalizante dos primeiros anos da presidência de Caetano, 1968-69, as severas imposições sobre o trabalho, apontadas no excerto seguinte de um relatório da OIT, continuavam a manifestar-se claramente durante a maior parte do período de emigração para a Europa¹⁴. Acusações formais foram originariamente feitas perante o Co-

¹⁴ A acção da OIT foi-me indicada pelo director de pessoal de uma das maiores firmas têxteis de Portugal em 1979. Quero agradecer ao Sr. Manuel Araoz, chefe de LIBSYND, OIT em Genebra, por me ter ajudado a obter os relatórios. Uma discussão da acção da OIT pode ser encontrada em José Gaspar Teixeira, «Legislação da OIT — Legislação portuguesa», in *Teses do 3.º Congresso da Oposição Democrática, Estrutura e Transformação das Relações de Trabalho*, Aveiro, Abril de 1973, pp. 109-123.

mité de Liberdade de Associação da OIT pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres em 23 de Maio de 1961. Nessa altura, Portugal não tinha ratificado a Convenção sobre Liberdade de Associação e Protecção do Direito de Organização de 1948 (n.º 87) nem a Convenção sobre o Direito de Organização e Negociação Colectiva de 1949 (n.º 98). O relatório da OIT diz o seguinte:

[...]

6. Além da acusação geral de que muitas das disposições da legislação portuguesa eram contrárias à letra e ao espírito das Convenções n.ºs 87 e 98, a queixa contém certo número de alegações subsidiárias sobre aspectos específicos do sistema português de sindicatos. No essencial, tais alegações foram as seguintes:

- (a) Nos termos da legislação então em vigor, só um sindicato podia ser formado em qualquer região e para cada profissão;
- (b) As condições a serem preenchidas pelos sindicatos com vista à obtenção da aprovação ministerial dos seus estatutos — um pré-requisito essencial para a sua existência legal — são tais que restringem seriamente o direito de organização;
- (c) A direcção eleita de um sindicato deve obter a aprovação do ministro das Corporações antes de a eleição poder ser considerada legalmente válida, e mesmo quando tais direcções receberam a homologação ministerial, podem sempre ser substituídas por gestores nomeados pelo Governo;
- (d) Os sindicatos podem ser suspensos ou dissolvidos por uma série de razões, incluindo a de promoverem greves ou paralisações de trabalho, através de simples decisão administrativa;
- (e) O ministro das Corporações pode exigir aos trabalhadores quotizações para o sindicato único autorizado, mesmo se os trabalhadores em questão não forem filiados do sindicato;
- (f) O direito de as organizações sindicais e patronais fazerem livremente acordos colectivos estava seriamente prejudicado, em particular pelo facto de tais acordos, uma vez delineados, estarem sujeitos a revisão por uma agência governamental (o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência) e pelo facto de só entrarem em vigor após a aprovação do ministro das Corporações;
- (g) Um sindicato não pode filiar-se em qualquer organização de carácter internacional ou designar representantes a qualquer congresso internacional ou manifestação sem autorização do Governo;
- (h) Greves e *lockouts* eram ilegais em Portugal e estavam previstas penas para as pessoas trazidas a juízo por tais práticas ilícitas;
- (i) O direito de associação era negado aos trabalhadores indígenas nas «provincias ultramarinas» portuguesas. [Cf. OIT, *Boletim Oficial*, suplemento, vol. LIII, n.º 2, 1970, p. 2.]

Em 1964, Portugal veio a ratificar a Convenção n.º 98, embora haja provas substanciais de que o direito de organização e o direito de negociação colectiva foram meros direitos formais, sem prática correspondente na realidade.

Em resumo, o trabalho em Portugal estava impedido de denunciar condições de trabalho tais como os salários baixos e os aprendizados prolon-

gados. O regime foi mantendo através da estrutura sindical uma aparência externa de harmonia sindical, ao mesmo tempo que procurava manter o apoio da preconceituada *élite* industrial do Norte. Na realidade, o regime estimulava a sua própria transformação social a longo prazo, sustentando políticas que, em última análise, tiveram como resultado a emigração.

A RAREFACÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA INDÚSTRIA

A emigração, de que resultou a rarefacção da mão-de-obra na indústria, contribuiu para pôr fim ao modelo económico. Suprimiu a oferta abundante de trabalho, em que os industriais, em particular os do Norte, tinham confiado por tanto tempo. Forçou uma subida de salários nos últimos anos da década de 60, contribuindo para uma inflação crescente que, embora acelerada pelas guerras coloniais desde o início da década, o regime tinha mantido sob controlo durante três décadas completas.

A responsabilização da emigração pela rarefacção de trabalho industrial qualificado apoia-se em dois estudos elaborados em 1966 e 1970 pela Associação Industrial Portuguesa e pela Associação Industrial Portuense, respectivamente. Como se pode calcular, a gravidade do impacte da emigração na indústria não era tão grande no primeiro inquérito quanto no segundo por duas razões. A primeira é que o estudo de 1966 se baseou nos anos de 1960-65, alguns anos antes dos mais altos números registados na emigração.

A segunda é que o inquérito incluiu empresas de todo o País, e não só das áreas de maior emigração do Norte. De qualquer modo, os resultados são significativos, quer em termos de perdas para a indústria, quer quanto às atitudes dos industriais no que diz respeito às soluções para o problema¹⁵. Discutiremos primeiro os resultados do inquérito de 1966, com base em Lisboa.

O inquérito de 1966 foi executado em duas fases, a primeira em Novembro de 1965 e relatada na revista da Associação, *Indústria Portuguesa* (Junho de 1966). Alguns meses depois seguiu-se um estudo de sequência, de que se deu conta na *Indústria Portuguesa* de Dezembro de 1966. Usei resultados de ambas as versões do inquérito, visto que as respostas às mesmas perguntas variam de uma para a outra, a dimensão da amostra é diferente (247 na primeira, 298 na segunda) e uma questão importante na primeira versão (as soluções a adoptar à escala nacional) não foi mencionada na segunda.

Nas 247 respostas da primeira versão, 18% das empresas registaram efeitos significativos da emigração e 44% consideraram-se afectadas «em maior ou menor grau». Os sectores mais atingidos foram: 40% dos inquiridos do ramo de madeira, cortiça e mobiliário; 26% do ramo de produtos minerais não metálicos (cerâmica, cimento e vidro); 27% do ramo metalúrgico e metalomecânico; e 31% de transformadoras diversas (papel, borracha e plásticos)¹⁶.

¹⁵ O inquérito foi conduzido pelo economista Dr. Francisco Pereira de Moura, na altura colaborador da AIP. Quero agradecer ao Dr. Rui Ferreira Leite, secretário-geral da AIP, por me ter facultado a consulta do material do inquérito.

¹⁶ A segunda versão, com uma amostra superior, mostrou uma percentagem menor, apenas 8%, gravemente afectadas pela emigração («grave» nunca é definido), mas 52% responderam ter sido afectadas «em maior ou menor grau» (*Indústria Portuguesa*, Dezembro de 1966, p. 730).

Mais interessantes como indicadoras da atitude dos industriais em relação à política industrial do regime foram as respostas a questões em aberto:

- 1) Que medidas tomou a sua empresa para diminuir as dificuldades resultantes da emigração?
- 2) Que sugestões lhe parecem pertinentes para resolver as dificuldades resultantes da emigração de trabalho qualificado?

A segunda pergunta referia-se a soluções a serem adoptadas à escala nacional. Em relação à primeira questão, usando a segunda versão do inquérito, as respostas das 228 empresas repartiram-se pelas seguintes categorias:

Aumentos de salários: 84%;

Admissão de pessoal novo melhor pago, ou menos qualificado, e reorganização e mecanização do equipamento: 47%;

Aumento na formação e promoção do pessoal e melhoria das condições sociais: 40%;

Instituição de prémios e maior recurso às horas extraordinárias: 20%.

As respostas estão resumidas no quadro n.º 6. À segunda questão — «Que medidas deviam ser adoptadas à escala nacional?» —, cujas respostas estão registadas na primeira versão, mas não na segunda, os aumentos salariais são uma vez mais a resposta individual mais frequente, ocorrendo em 40% dos questionários ¹⁷.

Várias observações podem ser feitas quanto ao inquérito da AIP. A primeira, como foi referido atrás, é que a esmagadora maioria das empresas eram das regiões do Sul e Centro, onde os efeitos da emigração, pelo menos à data do inquérito, se faziam sentir substancialmente menos do que no Norte.

A distribuição regional das respostas foi a que se pode ver no quadro n.º 7.

O inquérito abrangeu apenas uma fracção diminuta (12%) da população industrial do Norte, região em que a maior percentagem da população industrial do País e a mais vultosa emigração se situavam. Tal distribuição bastante desequilibrada dá maior peso ainda aos números indicando a gravidade dos efeitos da emigração na indústria do Norte.

Uma segunda observação pode ser feita, quanto às medidas já tomadas pela indústria ou que deveriam ser tomadas pelo Governo para corrigir as faltas devidas à emigração. Como mostram o quadro n.º 6 e a nota 20, a

¹⁷ A distribuição sectorial das respostas à pergunta sobre medidas a serem adoptadas ao nível nacional foi a seguinte:

Indústrias	Proibição ou restrições à emigração	Aumentos de salários	Melhoria das condições	Formação de pessoal novo	Progresso económico nacional
Alimentação e bebidas.....	0	35	20	20	20
Têxteis, vestuário e calçado	20	20	0	20	13
Madeira, cortiça e mobiliário	7	53	13	20	0
Químicas e do petróleo	0	46	11	31	9
Produtos minerais não metálicos	5	40	30	15	5
Metalúrgicas e metalomecânicas	12	32	9	17	25
Material eléctrico	12	35	24	24	0
Transformadoras diversas	7	33	20	20	7
Todos os sectores	8	40	15	21	13

Medidas adoptadas pelas empresas em resposta à emigração

[QUADRO N.º 6]

Sectores industriais (CAE)	Número de empresas que tomaram medidas	Subida de salários	Admissão de novo pessoal	Reorganização e mecanização	Melhoria das condições sociais e de trabalho	Treino e formação de pessoal	Instituição ou reforço de prémios	Trabalho em horas extraordinárias
20 e 21 — Alimentação e bebidas	33	30	8	13	13	7	5	6
23 e 24 — Têxteis, vestuário e calçado	28	22	20	11	7	12	7	5
31 e 32 — Químicas e petróleos	48	38	15	18	19	18	8	5
33 — Produtos mineiros não metálicos	22	19	11	13	8	7	8	7
34 a 38 — Metalúrgicas, metalomecânicas e material eléctrico	65	59	36	32	31	28	14	19
25 a 30 e 39 — Diversas indústrias transformadoras	32	24	17	17	13	14	4	4
Todos os sectores	228	192	107	104	91	86	46	46

Fonte: *Indústria Portuguesa*, Dezembro de 1966, p. 733.

preocupação quase exclusiva parece ter sido a dos aumentos salariais. Tal preocupação contrasta vincadamente com as preocupações dos industriais nortenhos, tal como foram manifestadas no inquérito feito cinco anos depois e adiante discutido. Como se verá, os industriais do Norte estavam fundamentalmente preocupados com a falta de formação técnica e a rarefacção de mão-de-obra qualificada. O tema comum das respostas foi o da necessidade de formação técnica. A diferença básica nas preocupações dos dois conjuntos regionais reflecte não só a ausência de formação técnica assegu-

Distribuição regional das respostas ao inquérito sobre emigração

[QUADRO N.º 7]

Região	População industrial (a) (total)	População industrial inquirida	Percentagem
Norte	148 700	19 108	12,1
Centro	60 200	10 953	18,2
Sul	144 400	68 241	47,3
Outras	18 200	788	4,3

(a) Baseado no *Inquérito Industrial* oficial de 1957-59 a empresas com 21 ou mais pessoas.

Fonte: *Indústria Portuguesa*, Dezembro de 1966, p. 734.

rada pelo Estado, como se assinalou mais atrás, mas também as diferenças dos níveis técnicos da indústria nas várias regiões. No quadro n.º 8 podem ver-se as diferenças nos níveis técnicos da indústria¹⁸ detectados pelo inquérito de 1966.

Os números servem para reforçar afirmações gerais sobre a indústria portuguesa que atrás foram feitas. Em primeiro lugar, o superior nível téc-

¹⁸ Os termos «nível técnico da indústria» e «técnico» nunca são definidos.

Nível técnico da indústria nas quatro zonas

[QUADRO N.º 8]

Zona norte.....	15 técnicos por 1000 trabalhadores
Zona centro	21 técnicos por 1000 trabalhadores
Zona sul	24 técnicos por 1000 trabalhadores
Outras	15 técnicos por 1000 trabalhadores

Fonte: *Indústria Portuguesa*, Dezembro de 1966, p. 735.

nico da área de Lisboa-Setúbal (zona sul) demonstra a preferência relativa desta área para o estabelecimento das indústrias tecnologicamente avançadas mais recentes. Numa região contendo a mais densa concentração de população industrial (Norte), o apoio à indústria era menor em termos de atenção aos níveis de remuneração e ajuda à formação profissional, qualquer destes factores crucial nos efeitos da emigração para a indústria. O facto inegável de que a emigração era mais forte no Norte e nitidamente afectava a indústria tradicional, cuja sobrevivência se baseava nos princípios do modelo económico (trabalho abundante e barato, crescimento limitado e desenvolvimento tecnológico restringido), leva à conclusão de que, na consequência, se não no intento, o Norte e os seus problemas industriais devidos à emigração foram largamente ignorados nas prioridades do regime. Um tal sentimento foi claramente expresso nas respostas ao inquérito da Associação Industrial Portuense (AIP) de 1970.

O inquérito da AIP surgiu como resultado de diligências feitas pela AIP junto do Secretariado Nacional da Emigração em 1970, expressando preocupação acerca da gravidade do problema da carência de mão-de-obra no Norte devida à emigração. Apesar do tom próprio de deferência para com uma ordem hierarquicamente superior, o ofício da AIP expressou, porém, impaciência para com a inação governamental a respeito da emigração em geral e, especificamente, da existência de dispositivos de recrutamento ilegal de trabalho através dos quais grande parte da emigração se processava nessa altura.

Ofício da AIP ao secretário Nacional de Emigração, de 23 de Outubro de 1970¹⁹:

Ex.^{mo} Senhor
Secretário Nacional de Emigração
Lisboa

Ex.^{mo} Senhor,

Tenho a honra de vir à presença de V. Ex.^a apresentar, em nome da direcção da Associação Industrial Portuense, os melhores cumprimentos e oferecer a nossa colaboração nos problemas decorrentes do exercício do seu alto cargo.

A nova orientação do Governo em matéria de emigração, integrando-a no problema mais geral duma política de emprego, é digna do nosso

¹⁹ Em 1970, o regime criou o secretário Nacional de Emigração, que respondia directamente perante a Presidência do Conselho, elevando assim o problema da emigração, pelo menos teoricamente, a uma nova e superior prioridade.

aplauso. De facto, se, por um lado, a emigração é um direito que não pode ser recusado a cada indivíduo, por outro lado, é indispensável canalizar a mão-de-obra ou mesmo procurar fixá-la dentro do nosso território, de acordo com as necessidades reais do País.

Ora, desde há anos que se regista um considerável surto migratório para o estrangeiro, o que tem ocasionado sérios inconvenientes às actividades económicas do País, mormente à indústria, onde se tem assistido ao agravamento do problema da mão-de-obra, pela falta de trabalhadores. O problema é sobretudo mais grave em relação aos trabalhadores especializados, de que tanto carece a indústria, fulcro do nosso tão desejado desenvolvimento económico.

Outro aspecto negativo em matéria de emigração é a existência de centros ilegais de recrutamento de mão-de-obra para o estrangeiro, cuja actividade deve ser severamente reprimida.

Aliás, já em Abril do corrente ano tínhamos feito uma exposição sobre tal situação, que foi endereçada a Suas Excelências os Ministros das Corporações e do Interior, por solicitação do conselho técnico desta colectividade.

Este mesmo conselho técnico, que é constituído por três individualidades eleitas por assembleia geral e por todos os presidentes das diversas classes que integram esta Associação, solicitou de novo à direcção para que o assunto fosse posto ao nível Secretariado Nacional de Emigração, já que a falta de mão-de-obra é geral e ameaça mesmo bloquear o crescimento de alguns sectores, se não forem tomadas medidas para susten o fluxo migratório para o estrangeiro e criar melhores condições para a fixação desses trabalhadores dentro do País.

Esta colectividade também tem registado o interesse dos diferentes sectores quanto ao pagamento justo da mão-de-obra qualificada em condições que permitam atenuar o referido fluxo migratório para o exterior, mostrando que não há motivo de relevo para julgar que por parte da indústria não se procura actuar dentro desse espírito. Mas o facto é que desde há muito se vem alimentando no meio trabalhador a preocupação de obter com o menor esforço maiores remunerações, quando é certo que só pelo trabalho e pelo incremento da produtividade será possível atingir o objectivo que a todos interessa — o bem-estar.

É indispensável viver de harmonia com este espírito para que a ordem económica e social atinja melhor o maior número de trabalhadores, mas só com uma mentalização quer de dirigentes quer de dirigidos poderemos alcançar tal objectivo.

Por isso, parece-me que a preocupação registada nos sectores filiados nesta Associação deverá interessar à nossa Administração, certo de que, com a criação do Secretariado Nacional de Emigração junto à Presidência do Conselho e actualmente sob a orientação de Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, os problemas inerentes à emigração e suas implicações na actividade económica nacional serão encarados na sua verdadeira dimensão com a urgência e eficácia que se impõe.

Ao levar ao conhecimento de V. Ex.^a estas considerações, fico convicto de que na devida oportunidade não deixaremos de receber desse Secretariado uma orientação que possa ser transmitida aos membros dos sectores industriais desta Associação, a fim de os poder animar e até tranquilizar quanto a este problema.

Queira V. Ex.^a aceitar os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Porto e Associação Industrial Portuense, aos 23 de Outubro de 1970

O Presidente,
[Assinatura ilegível]
(Mário Borges, engenheiro)

Para além dos receios com a perda da sua mão-de-obra e os efeitos de tal perda no crescimento de certos sectores industriais, o ofício revela claramente a convicção de que o problema *não* eram os salários. Para a AIP, o mal estava antes, em parte, nos pedidos injustos de salários mais altos para «menor esforço». Esta atitude a propósito dos salários diverge acentuadamente da dos industriais do Sul, que viam no aumento dos salários a chave de resolução do problema.

A resposta do secretário Nacional de Emigração, sete dias mais tarde, fazia notar que a AIP tinha sido oficialmente informada alguns meses atrás, em Maio de 1970, de que o papel do Governo quanto ao facilitar da emigração legal de trabalhadores, através dos serviços da Junta de Emigração, só se efectiva depois de o Serviço Nacional de Emprego do Ministério das Corporações ter determinado que a mão-de-obra de dado sector e de dada área geográfica não tinha grande procura. Para mais, afirmava o secretário, os pedidos dos Governos Francês e Alemão em 1970 referiam-se apenas a mão-de-obra não qualificada, não tendo ainda o secretário começado verdadeiramente a satisfazer tais pedidos. O secretário não tinha meios para averiguar se trabalhadores qualificados se estavam a inscrever como não qualificados, para poderem emigrar legalmente. O ofício de Maio declara:

No que respeita ao distrito do Porto, as inscrições são feitas pela Divisão Regional, no Porto, do Serviço Nacional de Emprego e, baseada nelas, esta Junta seleccionou, em 1970, naquele distrito, 67 trabalhadores para França e 213 para a Alemanha [...] [Ofício datado de 22 de Maio de 1970.]

O secretário solicitava que a AIP fornecesse pormenores mais específicos quanto às carências de mão-de-obra e auxiliasse na identificação de recrutadores ilegais de mão-de-obra.

A crise de emigração foi, portanto, vista nos termos mais estreitos, colocando muita da culpa nas acções dos recrutadores ilegais de trabalhadores, em vez dos problemas estruturais de maior vulto. Além disso, o secretário funcionava na premissa de que a emigração ocorria através de canais oficiais, ignorando o facto de, fossem quais fossem os pedidos formais da França e da Alemanha e as actividades oficiais dos centros regionais da Junta de Emigração, a maior parte da emigração ser clandestina e muita dela, em 1970, de trabalhadores qualificados. As estatísticas oficiais para o ano de 1970 registam 66 360 saídas legais e 106 907 clandestinas de emigrantes. O número de clandestinos refere-se apenas à emigração para França, «o único país onde tal movimento foi considerado relevante e onde as estatísticas oficiais (francesas) permitem tal cálculo»²⁰.

A AIP respondeu então, inquirindo os seus membros por correio, 356 dos quais devolveram os questionários²¹. O inquérito da AIP é mais conclusivo pelas suas respostas qualitativas do que pelos elementos estatísticos, que são de difícil avaliação quanto a carências precisas de mão-de-obra. O questionário de uma página formulado com ambiguidade foi muitas vezes reexpedido com cartas explicativas anexadas. Apesar de certas obscuridades, contudo, a preocupação dos industriais era inegável, visto que apenas vinte empresas no total declaravam não ter quaisquer problemas de mão-de-obra. As carências variavam entre 10% e 100%, situando-se, na maior parte dos casos, entre 20% e 30%.

O relatório oficial da AIP para o Secretariado Nacional de Emigração assinalou os seguintes resultados:

Os resultados numéricos obtidos para a carência de mão-de-obra (num total de 46 622 operários existentes apurou-se que havia necessidade de mais 6656, ou seja, 14,3%) devem ser considerados aquém das dificuldades reais, principalmente no que respeita ao pessoal qualificado masculino, porque normalmente tal carência é resolvida recorrendo:

- À utilização de pessoal feminino para as tarefas compatíveis;
- Ao recrutamento de pessoal não qualificado e sua formação dentro da empresa;
- À substituição pura e simples dos trabalhadores qualificados por aprendizes ou mesmo por trabalhadores sem quaisquer qualificações.

Qualquer destas soluções e a rotação de pessoas a que conduz *perturbam o rendimento e a qualidade da produção*, fazendo *decrecer a produtividade da mão-de-obra*, pela introdução de elementos não adaptados aos postos de trabalho respectivos. A constante mobilidade do pessoal nas empresas e interempresas conduz à elevação progressiva de salários, o que a maioria das vezes em nada resolve o problema.

Existe, portanto, para além da escassez propriamente dita, um notório *decréscimo da qualidade do trabalho*, pois são os mais válidos e os mais aptos que emigram. Por outro lado, e no que respeita aos *aprendizes*, verifica-se que estes *só permanecem na empresa até à altura do cumprimento do serviço militar*, sendo *depois da desmobilização atraídos por outros interesses, principalmente a emigração*. Este facto *invalida muito do esforço da empresa na formação profissional*²².

O problema da falta de formação técnica era claramente uma questão de alta prioridade para os industriais, como revelava mais adiante o relatório oficial da AIP:

Impõe-se, por isso, criar as condições necessárias à fixação da mão-de-obra e grande parte do esforço deve competir ao Estado, através da

²¹ A existência do inquérito da AIP foi-me dada a conhecer por um gerente de uma fábrica têxtil que se lembrava vagamente de ter havido tal inquérito alguns anos atrás. Os funcionários mais jovens da AIP não tinham conhecimento do inquérito e, finalmente, descobriram as respostas originais embrulhadas e esquecidas numa gaveta de secretária.

²² As fábricas eram obrigadas por lei a manter o lugar de um trabalhador que estivesse a cumprir o serviço militar obrigatório de quatro anos.

intensificação da preparação profissional. Esta preparação deve assentar, antes de tudo, numa sólida formação de base através do esquema de *ensino formal* (escolas técnicas e médias que deverão adaptar-se às exigências reais da nossa estrutura industrial) e complementadas por uma formação profissional extra-escolar mais especializada.

Só assim se poderão criar as condições de estímulo à fixação dos trabalhadores mais jovens, dando-lhes a preparação necessária para ingressarem na actividade industrial com possibilidade de auferirem remunerações capazes de lhes proporcionar um relativo bem-estar, que será possível através do aumento da produtividade.

Ao contrário dos seus congéneres do Sul, os industriais do Norte viam o problema dos baixos salários apenas indirectamente relacionado com a emigração. Reiterando a sua posição quanto a remunerações, o documento declara:

Os industriais têm consciência de que o fulcro da emigração poderá estar na forma *pouco remunerativa* que dizem ser oferecida *no nosso país* à mão-de-obra qualificada, mas, no seu entender, tal actuação só poderá ser melhorada desde que, em contrapartida, o grau de produtividade mereça a justiça duma melhor remuneração, a que normalmente não se furtam.

Por outro lado, sabemos que entre os motivos que levam os trabalhadores a emigrar não está apenas a busca de remuneração que não conseguem auferir dentro do País, mas também a obtenção dum grau de especialização mais rápida e consentânea com as exigências da indústria²³.

Um exame atento do conjunto dos 356 questionários, incluindo as cartas anexas explicativas, revelou alguns temas repetidamente expressos pelos industriais, que corporizam de forma qualitativa a resposta oficial da AIP. Estes temas foram ainda mais reforçados nas 30 entrevistas qualitativas de sequência efectuadas em 1978-79 entre empresas seleccionadas com base no sector, área geográfica e dimensão²⁴.

Tal como a correspondência oficial notava, a carência de trabalho qualificado afectava toda a indústria, aparentemente sem olhar a dimensão, localização, sector ou idade do estabelecimento fabril e, eventualmente, sexo da força de trabalho.

Antes de examinar a informação qualitativa de carências de mão-de-obra, importa acentuar as dificuldades envolvidas na noção de «carência»

²³ Os três excertos precedentes são de um ofício da AIP ao Secretariado Nacional de Emigração de 22 de Dezembro de 1970.

²⁴ Em 1977-78, na altura em que o estudo foi feito, os problemas de carência de mão-de-obra resultantes da emigração eram assunto encerrado, pelo menos temporariamente. A súbita viragem ocorrera em virtude de:

- 1) A emigração nova para a Europa ter cessado virtualmente;
- 2) As novas leis de trabalho pós-revolucionárias terem tornado quase impossíveis as suspensões de trabalho e os despedimentos;
- 3) O País estar invadido por 700 000-800 000 retornados das ex-colónias.

Portanto, os problemas da emigração não preocupavam particularmente os industriais. Os seus comentários eram assim baseados nas memórias das condições pretéritas. Em alguns casos, as pessoas entrevistadas não estavam nas empresas à data do auge emigratório. Não obstante, o padrão geral emergente das entrevistas foi inteiramente consistente com os temas evidenciados nas respostas aos questionários.

no contexto português e relacioná-la com os princípios básicos do modelo económico. Deve pôr-se a questão: «carência de mão-de-obra relativamente a quê?» Antes de 1960, a maior parte das fábricas portuguesas mantinham uma força de trabalho aproximadamente 20% superior às suas necessidades reais. Tal excedente obedecia ao propósito genérico de garantir uma força de trabalho adequada, perante a elevada taxa de absentismo, e permitia manter um grande sector de aprendizes, dos quais só uma parte relativamente pequena se tornavam realmente técnicos permanentes. Os aprendizes, ao atingirem o fim da sua fase à experiência, ou eram transferidos para um posto técnico permanente, ou despedidos para serem substituídos com facilidade por um largo contingente de desempregados. Quando o «exército de reserva» dos proprietários das fábricas começou a desaparecer, nos anos 60, aqueles queixaram-se amargamente, como adiante se assinalará. A falta de condições conducentes à manutenção de uma oferta de trabalho qualificado, como seja a formação profissional, por exemplo, criou, para a maior parte dos empresários, uma armadilha, em parte, da sua própria responsabilidade e, em parte, como consequência da acção, ou inacção, do Estado. Porque a fuga do trabalho «excedentário» em breve foi seguida pela fuga do trabalho qualificado permanente, verificou-se uma perda ainda maior para a indústria. Em dado momento, a partir de meados da década de 60, a carência relativa de mão-de-obra excedentária tornou-se uma carência absoluta de mão-de-obra qualificada permanente. A noção de carência é, portanto, relativa, ligada a muitos outros factores, tais como as condições de trabalho para a mão-de-obra (sistema de aprendizes, salários) e medidas do Estado (ou sua ausência) para formar nova força de trabalho.

A gravidade e a evolução temporal da carência é difícil de documentar com precisão, dada a inconsistência das respostas aos questionários. Todavia, as tendências gerais são bem claras.

Os problemas enfrentados por fábricas em perda de mão-de-obra, seja qual for a dimensão, sector, idade e localização da fábrica, são universais. Um dos comentários mais frequentes era que a produção se ressentia porque, nos últimos anos 60, os melhores trabalhadores partiam. Deve observar-se que as carências de mão-de-obra se faziam sentir num amplo conjunto de sectores, não só nos sectores têxtil e metalúrgico, que constituíam a maioria das empresas. Eis uma amostra dos comentários suplementares feitos pelas empresas:

1) Fábrica de papel, Porto, 117 empregados (104 horas, 13 minutos). Carência desde 1968 de 50% da força de trabalho masculina qualificada:

As dificuldades em obter mão-de-obra foram sentidas principalmente no ramo de operários qualificados, onde as substituições se tornaram mais demoradas do que o habitual, por outras palavras, desapareceu a oferta de mão-de-obra qualificada.

2) Fábrica metalúrgica, na orla marítima, nas proximidades do Porto (Espinho), 73 empregados (56 horas, 17 minutos), necessitando de 100% e 50% de mão-de-obra masculina e feminina, respectivamente.

3) Estabelecimento hidreléctrico (privado), Porto:

Podemos, porém, informar de que é notável a rarefacção de trabalhadores, masculinos e femininos, na zona do nosso aproveitamento hidreléctrico — Lindoso, concelho de Ponte da Barca — e que ela se agrava sucessivamente, de uma forma alarmante.

A título de exemplo concreto, podemos citar o seguinte: tendo tido, em 1960-62, cerca de 200 trabalhadores eventuais em obras de reconhecimento geológico e inquirindo, já em 1965, do seu paradeiro, verificámos que tinham emigrado todos, com exclusão de três!

E o processo não amorteceu, bem pelo contrário.

4) Fábrica têxtil, arredores do Porto; uma das cinco ou seis maiores de Portugal; 2044 empregados (1111 horas, 933 minutos):

A carência de mão-de-obra é um facto. Mas há nela um factor que tem ou pode vir a ter uma influência decisiva na continuação ou fixação dos produtos nos mercados — a qualidade.

Efectivamente, não é só a carência de mão-de-obra que a emigração originou e origina, mas principalmente de mão-de-obra capaz, pois foram e continuam a ser os mais válidos que emigram.

Os que cá ficam são os que, de um modo geral, pelos seus poucos conhecimentos ou falta de aptidão para os diversos trabalhos, têm receio de emigrar. E é com estes que as fábricas têm de se remediar, sujeitando-se ao seu precário trabalho e à aprendizagem de muitos outros, que, para certos serviços, é bastante morosa e muito pouco compensadora.

5) Fábrica têxtil, Santo Tirso, 837 empregados (479 horas, 358 minutos):

Para a laboração normal necessitaríamos de mais 40% de operários e de mais 40% de operárias.

6) Fábrica têxtil, Vila do Conde:

Para darmos a V. Ex.^{as} uma pálida ideia do complexo problema que presentemente a indústria têxtil, e particularmente a n/empresa, atravessa, devemos informá-los de que apenas no mês de Outubro do corrente ano foram admitidos 80 operários, em substituição de igual número dos que saíram, o que representa, aproximadamente, 10% do número total do pessoal presentemente ao serviço nesta empresa.

Com esta rotação contínua, com esta constante e forçada substituição de valores, é impossível que a qualidade do trabalho não sofra redução considerável, pois o reduzido tempo que o operário se mantém em determinado lugar não lhe permite uma adaptação perfeita, que torne o seu trabalho profícuo e o seu esforço rendável.

7) Fábrica têxtil, Famalicão, uma das cinco ou seis maiores do País, 1985 empregados (1148 horas, 827 minutos):

Têm saído, por ano, entre 300 e 400 «qualificados» de lugares que podem, dum modo geral, ser preenchidos por homens ou mulheres.

Foram todas estas saídas devidas a emigração?

Por certo não; mas a maior parte deve ter sido.

Só este ano se começa a sentir a saída de aprendizes (para emigração? Talvez!) ²⁵.

²⁵ Em termos de carências de mão-de-obra devidas à emigração, esta foi uma das mais atingidas entre as cinco ou seis maiores empresas têxteis de Portugal. É uma das maiores exportadoras têxteis (em 1974, 70% das

8) Fábrica têxtil, Vila do Conde, 1445 empregados (616 horas, 829 minutos):

O problema desta empresa quanto a dificuldades na obtenção de mão-de-obra não se regista propriamente no aspecto quantitativo da s/oferta, mas sim no grau de qualificação profissional apresentado por essa mesma oferta, o qual tende, ultimamente, a apresentar-se cada vez mais reduzido, se não praticamente nulo.

9) Fábrica têxtil, Vila Nova de Gaia, 350 empregados (90 horas, 260 minutos):

Queremos manifestar os nossos melhores desejos pelos resultados que possam ser atingidos no sentido de superar as crises de mão-de-obra (essencialmente masculina) que têm afectado substancialmente o nosso sector têxtil, embora não possamos prever qualquer possibilidade de normalização. Desejamos a melhor receptividade ao vosso memorando dirigido ao Secretariado de Estado, convictos e conscientes, como estamos, dos benefícios que toda a indústria poderia retirar de uma decisão superior (isto é, do Estado).

10) Fábrica metalúrgica e de produtos metálicos, Porto, 35 empregados (30 horas, 5 minutos). Sente carência desde 1969:

Na altura tínhamos 40 homens e 30 mulheres. A carência de pessoal obrigou-nos a fechar uma secção da fábrica.

11) Fábrica metalúrgica, Espinho, 95 empregados (74 horas, 21 minutos). Sente carência desde 1965. Necessidades de pessoal:

Homens qualificados, necessidade de 100%; mulheres qualificadas, necessidade de 50%. Não é exagero!

Quase todas as empresas, que se queixavam da carência de mão-de-obra qualificada, sugeriam, na sua resposta, uma queixa simultânea acerca do fraco nível de instrução da população. As seguintes respostas, de uma companhia hidreléctrica de Viana do Castelo e de um estabelecimento da Imprensa Nacional no Porto, abordam o problema específico da formação profissional.

A companhia hidreléctrica:

Quanto à formação profissional exigível, o problema apresenta-se difícil pelo reduzidíssimo número de indivíduos com formação escolar adequada que poderão existir no mesmo distrito.

Tem-se solucionado esta dificuldade «promovendo» e «encartando» as pessoas que se vão revelando mais aptas numa aprendizagem totalmente feita nos serviços desta empresa.

suas vendas iam para o estrangeiro) e tinha uma força de trabalho em 1974 de 3170 empregados. Depois da revolução de 1974, foi também uma das empresas mais atingidas no período de grave desassossego laboral subsequente.

A empresa tipográfica:

Todavia, nota-se uma carência elevada de profissionais dentro do nosso sector, cuja causa não está na emigração, mas sim na falta de escolas técnicas onde os empresários possam, à semelhança do que se passa noutros países da Europa, ir buscar pessoal devidamente habilitado.

Esta lacuna é que torna difícil o exercício da nossa indústria e nos impede de concorrer, a par de outros factores, com a indústria estrangeira.

Apesar de várias tentativas para solucionar esta lamentável situação, que se arrasta há anos, nada de positivo foi feito até ao presente, motivo pelo qual o futuro da nossa indústria se apresenta deveras desolador ²⁶.

Uma fábrica metalúrgica nos subúrbios do Porto com 557 empregados (359 horas, 196 minutos) dizia acerca da formação técnica:

Todavia, dada a grande rotação de pessoal (cerca de 35% de saídas de homens sobre os efectivos masculinos existentes e cerca de 10% de saídas de mulheres sobre os efectivos femininos), fazemos sentir que isso nos cria graves problemas na formação do pessoal admitido.

Finalmente, uma fábrica metalúrgica dos arredores de Braga, com 194 empregados (161 horas, 33 minutos), relatava:

É grave esta constante sangria de trabalhadores, cuja formação custou ao País e às empresas muitas dezenas de contos e de cuja colaboração ficamos inesperadamente privados.

Os exemplos anteriores deixam escassa margem para dúvida quanto às atitudes dos proprietários das fábricas com respeito às carências de trabalho qualificado, capacidades produtivas e problemas de formação profissional. Está implícita em todas as transcrições uma crítica da negligência do Governo perante os problemas dos industriais e, como na última declaração, o sentimento de que os empresários estavam a perder o seu investimento em formação de pessoal ao mesmo tempo que a sua mão-de-obra.

Embora mencionada com menor frequência nas cartas anexas, a questão da inflação dos salários, em consequência da emigração, não deixava de ser uma preocupação relevante dos industriais. Recorde-se que, no ofício da AIP ao Secretariado Nacional de Emigração, o aumento dos salários não era visto publicamente como uma solução do problema da emigração. Pelo contrário, a subida dos salários devida às carências de mão-de-obra era encarada com grande ansiedade pelos empresários, porque um aumento substancial das remunerações poria em risco a maioria das empresas operando com uma estrutura de baixos salários ²⁷. Na realidade, os salários *estavam* a subir

²⁶ Em 1970, Portugal estava ainda protegido pelo Anexo G da Convenção de Estocolmo da EFTA. O receio de não ser capaz de concorrer com a indústria europeia pareceu ser uma preocupação menor para a maior parte das empresas. Porém, em 1977-78, quando as entrevistas de sequência foram realizadas, o medo da concorrência dos países da CEE tinha aumentado, à medida que se aproximava a data da entrada provável na CEE. Apenas aquelas empresas que tinham já mercados de exportação substanciais expressaram pouca preocupação em 1977-78. A data de entrada tem sido sucessivamente adiada; é actualmente prevista para 1986.

²⁷ A ameaça à existência de um certo número de empresas ocorreu em 1974, quando, a seguir ao derrubamento do regime de Salazar e Caetano, os salários industriais foram subitamente elevados em 100%-200%. Foi nesta altura que os proprietários de algumas fábricas abandonaram o País, ou, pelo menos, as suas empresas em risco de colapso.

em resultado das carências devidas à emigração e os trabalhadores que ficavam, muitas vezes, mudavam-se de umas fábricas para outras, ou ameaçavam fazê-lo, em busca de melhores salários. Fora nesse momento que o equilíbrio se inverteu, passando-se da disponibilidade de mão-de-obra «excedentária» para uma escassez efectiva de trabalho qualificado, visto que os aumentos moderados dos salários, no final dos anos 60, não puderam de modo nenhum acompanhar os salários pagos no resto da Europa. O documento de uma fábrica de confecções em Coimbra, com 93 empregados (81 horas, 12 minutos), condena um tal fenómeno, dele responsabilizando a política governamental. É a única resposta que menciona a possibilidade de haver encorajamento governamental, indirecto e implícito, da emigração, com o propósito de obter divisas através das remessas dos emigrantes, um factor a ser discutido mais tarde. Tal prática, julga a empresa, trará a ruína económica do País:

Não existe, há muitos anos, mão-de-obra portuguesa que possa considerar-se disponível para emigrar para o estrangeiro.

As dificuldades de mão-de-obra agravam-se dia a dia, com prejuízo irremovível dos volumes e custos de produção.

São o resultado da política de inflação salarial (que acarreta a dos preços), o que parece não poder atingir nenhuma finalidade útil, verdadeiramente útil, e faz correr o risco de, através da ruína das empresas, terminar numa crise de desemprego dos operários que ainda não emigraram e então terão de o fazer... se então tiverem para onde.

A inflação salarial não deteve — está verificado — a emigração: era de prever. Acentua-a, já por emulação, já pela desorganização crescente que vem acarretando as empresas nacionais.

Mal não menor que a emigração, já de si gravíssima, é o saltitar de ofício para ofício, entre empresas dispersas, de trabalhadores à incitada procura de maiores salários, propondo-se executar trabalhos que desconhecem e deixando de produzir o seu trabalho habitual, aprendido em longos anos de permanência na mesma profissão.

A obtenção de divisas pelo fomento da emigração pagar-se-á caro: pela ruína económica do País.

A questão dos níveis salariais relacionados com a emigração assinala uma das maiores contradições no modelo económico. Por um lado, a «lógica» do modelo exigia baixos salários e trabalho abundante. Os níveis salariais permitiram a sobrevivência da indústria trabalho-intensiva até ao momento em que os níveis de emigração alcançaram proporções de crise. Por outro lado, os industriais do Norte, embora reconhecendo e queixando-se amargamente das carências devidas à emigração, recusavam-se totalmente a reconhecer a necessidade de elevar substancialmente os salários e reclamavam contra a inflação salarial, devida à emigração. Os industriais foram apanhados num círculo vicioso que pareciam incapazes ou sem vontade de ajudar a resolver. Estavam críticos em relação à política tradicional do Governo, que trinta anos antes tinham favorecido. Essa política trabalhara a seu favor nas fases iniciais do modelo. Voltava-se agora contra eles. Os industriais temiam a elevação dos salários, porque a sobrevivência das suas empresas dependera durante tanto tempo da mão-de-obra abundante. Mas esses mesmos níveis salariais estavam a criar uma crise igualmente profunda — a desapareição do sector mais valioso da sua força de trabalho.

O regime sentia igual dificuldade com respeito aos salários. Enquanto os industriais temiam pela viabilidade das suas empresas se os salários subissem demasiado acentuadamente, o regime receava a inflação se os níveis salariais se elevassem demasiado depressa. Enfrentando uma inflação já em ascenso, em resultado das guerras coloniais, o Governo estava relutante em subir os salários demasiado depressa. Embora o problema da inflação não seja aqui discutido pormenorizadamente, ele é relevante para a difícil situação dos industriais, visto que estes responsabilizavam o Governo pelas suas dificuldades de mão-de-obra. Também o regime estava enredado no dilema das contradições do modelo — tentava consolidar, tardiamente, o processo de industrialização capitalista e sustentar as dispendiosas guerras coloniais, ao mesmo tempo que procurava controlar a inflação. Uma das maneiras de manter a inflação sob controlo era através da contenção dos salários industriais.

Ninguém estava mais consciente do dilema do que Marcelo Caetano, que se tornou primeiro-ministro em Setembro, quando Salazar ficou incapacitado. Embora reconhecesse a necessidade de reformas na política salarial e sindical, Caetano não ignorava toda a extensão dos efeitos inflacionários de uma alta de salários demasiado rápida. Descreve a sua posição num passo da correspondência pessoal que manteve com ele em Dezembro de 1978²⁸:

Quanto ao operariado industrial, não era desejável a sua saída do País. Mão-de-obra qualificada, tinha o seu custo de formação e não se substituiu facilmente. Estávamos numa fase de industrialização intensiva. O Governo não tinha dúvidas em aconselhar a melhoria de salários nas *indústrias de produtos de exportação*. Mas era muito difícil alcançar rapidamente níveis de produtividade e salários iguais aos do Centro da Europa.

Como deve ter visto, os salários eram fixados por convenções colectivas de trabalho resultantes de negociações directas entre organizações patronais e laborais. O Governo só em último caso intervinha, embora naturalmente procurasse adoptar uma política anti-inflacionária [*sublinhado meu*].

A decisão que me levou a escrever a Caetano tem directamente a ver com a discussão das atitudes dos industriais para com o regime. Por isso a incluo no corpo do texto, em vez de a remeter para nota de pé de página. É claro que o estudo de uma política num dado regime deve incluir entrevistas com os agentes de decisão máxima desse regime. O facto de os principais responsáveis do antigo regime terem estado politicamente exilados complicou essa tarefa e vi-me constrangida a limitar as minhas entrevistas aos que permaneciam ainda em Portugal. Contudo, uma entrevista com um dos maiores industriais de produtos de madeira do Norte convenceu-me a tentar pelo menos uma entrevista escrita com Caetano.

O industrial em questão, um salazarista ferrenho e claramente *desafecto* a Caetano, que fora deputado à Assembleia Nacional durante o regime,

²⁸ Dado que Caetano, juntamente com outros dirigentes do regime, tinha ido para o Brasil depois da revolução de Abril de 1974, não pude entrevistá-lo durante o meu trabalho de campo em Portugal em 1977-78. Por isso, escrevi-lhe para o Brasil, fazendo-lhe algumas perguntas sobre a sua política geral de liberalização da emigração, em 1968-69. A política de liberalização facilitara a emigração e alterara o estatuto legal de cerca de um milhão de imigrantes ilegais em França. Respondeu-me rápida e amavelmente, lamentando não podermos falar pessoalmente. Caetano morreu no Brasil em 1980.

publica um jornal local e é geralmente reconhecido como um cacique regional, na área de entre o Minho e Trás-os-Montes. Discutindo com ele a política de liberalização da emigração de Caetano, nos finais de 60 (ver nota 28), e o problema geral dos níveis salariais e carências de mão-de-obra, de que a sua empresa muito se ressentira, ele argumentou que Caetano tinha liberalizado as leis de emigração como modo de forçar um aumento nos salários sem intervenção directa do Estado (isto é, a escassez decorrente da maior emigração faria subir os salários, sem uma política formal de rendimentos para tal por parte do Estado). Esta noção pareceu-me uma interpretação interessante e, certa ou errada, uma manifestação clara da mentalidade do «modelo». Este indivíduo é um exemplo do apoio de que Salazar tinha dependido no início do regime. A sua empresa formara-se na base da disponibilidade de trabalho barato (1400 homens, 200 mulheres em 1970) e ele opunha-se a qualquer mudança estrutural ou reforma de vulto, do tipo das que Caetano tentou instituir. Ao escrever a Caetano, pedi-lhe que se pronunciasse sobre a interpretação do industrial, sem especificar a fonte. A resposta a esta pergunta específica foi a seguinte:

Quando assumi o Governo, em Setembro de 1968, o fenómeno emigratório já tinha atingido o seu clímax, com a rarefacção de mão-de-obra na indústria e na agricultura. Havia acordos, como o celebrado com a Alemanha, por exemplo, que eram escrupulosamente respeitados; mas havia o acordo com a França, que as autoridades francesas não podiam ou não queriam observar, originando enorme emigração clandestina, em que o emigrante era explorado, primeiro pelos empregadores e depois, em França, por patrões sem escrúpulos, que os mantinham indocumentados.

A liberdade de emigração que o meu Governo promoveu destinou-se a combater a clandestinidade. Esse objectivo humano teve primazia sobre qualquer consideração económica.

Duas observações às respostas de Caetano são relevantes, ambas a serem desenvolvidas mais tarde. A primeira diz respeito à pretensão de que o Governo aconselhara uma melhoria nos salários das indústrias de *produtos de exportação*. Subjacente a esta afirmação está a ideia de que Portugal estava interessado em apoiar as indústrias de vocação exportadora capazes de a) competir na CEE e b) fornecer reservas de divisas. Mais ainda, não havia interesse particular em estancar a corrente emigratória para esse segmento da indústria do Norte que não produzia para o mercado externo ²⁹.

Embora deixemos para mais tarde a discussão mais completa das prioridades económicas do regime, nos finais de 60, é importante sublinhar nesta altura as implicações de tal política. A aparente falta de preocupação do Governo com as dificuldades da maioria das indústrias do Norte, conjugada com o receio da indústria nortenha de romper o isolamento nas fases iniciais do modelo, serviram para alimentar o fluxo emigratório. Tal fluxo, por sua vez, serviu para alimentar o fluxo de divisas estrangeiras, sem dúvida uma variável crucial numa economia que se lançava penosamente na «industrialização intensiva» e nas dispendiosas guerras coloniais. Em termos estritamente económicos, o objectivo de controlo da inflação foi apoiado, em mea-

²⁹ Por mercado externo não quero significar as exportações para as colónias. Estas não eram consideradas exportações, porque as colónias estavam dentro do «espaço económico português».

dos e até final da década de 60, pela manutenção de um tecto salarial, assim se estimulando a emigração. A absorção interna de mão-de-obra, especialmente no Norte, foi então sacrificada a outras prioridades económicas nacionais. O factor inflação-salário-emigração trouxe, porém, contradições adicionais ao modelo, visto os aumentos salariais, em resultado das carências de mão-de-obra, bem como o crescente fluxo de dinheiro oriundo das remessas, apenas servirem para aumentar a inflação³⁰. Como adiante se verá, os membros do regime não queriam admitir até que ponto estavam cóns-cios da importância das remessas dos emigrantes no planeamento económico dos últimos anos de 60.

A posição do regime nessa altura, como está indicado no comentário de Caetano, era a de apoiar a indústria exportadora. Esta posição, porém, representava uma fase relativamente nova no modelo económico do regime, uma posição que pouco podia fazer para aliviar as consequências de décadas de restrição industrial — carências agudas a todos os níveis na indústria do Norte. Embora se pudesse esperar mais acentuadas carências nos estabelecimentos industriais trabalho-intensivos tradicionais e mais antigos, elas não eram problema menor, de facto, para a nova indústria (posterior a 1960), cujo nível tecnológico era competitivo com a indústria estrangeira. Apesar de mais elevados níveis de automatização e orientação para o mercado exportador, estas empresas estavam enredadas da mesma forma na vaga emigratória, tal como as suas congéneres mais velhas e menos competitivas.

Um exemplo de um estabelecimento industrial que abriu em 1967 ilustrará este ponto. Transcrevo parte de um longo relatório especialmente preparado para mim pelo departamento de pessoal da empresa e que revela percepção invulgar na compreensão, não apenas das carências de trabalho, mas ainda dos problemas mais amplos de manutenção da força de trabalho nas condições gerais impostas ao trabalho pelo regime. O exemplo serve para resumir um conjunto de temas discutidos nesta secção sobre carências de mão-de-obra para a indústria³¹.

A empresa COTESI, fundada em 1967, era uma filial de outra empresa próxima de Espinho, que inicialmente transferira 800 trabalhadores para a nova empresa:

Nos primeiros anos revelou-se muito difícil o recrutamento de todo o pessoal necessário, dada a dimensão da fábrica e a exiguidade populacional da freguesia de Grijó e lugares limítrofes. Assim, o quadro de pessoal previsto — cerca de duas mil pessoas — só foi atingido em 1972, tendo para o efeito a empresa sido obrigada a recorrer a mão-de-obra proveniente da actividade agrícola de meios rurais distantes, em muitos

³⁰ Outra questão que se levanta na carta de Caetano é a do poder relativo do regime nas negociações laborais. Caetano afirma:

[...] os salários eram fixados por acordos colectivos de trabalho, que resultaram de negociações directas entre o trabalho e a indústria.

Embora seja claro que o trabalho tinha relativamente pouca autonomia, uma questão básica se coloca, a da autonomia que a gestão tinha dentro da estrutura do regime.

³¹ Quero agradecer ao Departamento de Pessoal da COSETI (Companhia de Têxteis Sintéticos), de Grijó, Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, pela sua cooperação e amabilidade no apoio a este segmento do estudo. Em geral, só as firmas mais modernas mantiveram departamentos de pessoal com registos completos. É muito invulgar encontrar uma empresa cujos arquivos e conhecimentos quanto ao destino dos emigrantes e às suas razões para saírem sejam tão completos quanto os que constam do relatório da COSETI.

casos situados a algumas dezenas de quilómetros das suas instalações fabris.

A dificuldade na obtenção de pessoal, mesmo nos referidos meios rurais, era particularmente sensível no que se refere ao recrutamento de mão-de-obra masculina, devido ao grande surto de emigração para os países da Europa ocidental que se registava no País e que levavam muitos jovens, normalmente de idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, a procurarem no estrangeiro os níveis de remuneração que aqui não podiam obter.

O relatório da COSETI registou a estatística seguinte da emigração entre os seus próprios empregados:

Nível de qualificação técnica dos trabalhadores industriais

[QUADRO N.º 9]

Países	1968	1969	1970	1971-72	1973	1974-75	1976	1977	1978
França	2	28	42	35	39	8	3	2	5
Alemanha.....	—	—	3	4	15	2	1	—	1
Suíça	—	—	3	—	4	1	—	—	—
Luxemburgo	—	—	—	1	1	—	—	1	—
Holanda.....	—	—	—	—	3	—	—	—	—
África do Sul.....	1	1	1	—	3	1	2	2	—
Rodésia.....	—	—	1	3	2	—	—	1	—
Angola	—	1	3	4	3	—	—	—	—
Moçambique.....	—	1	2	—	2	—	—	—	—
EUA	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Canadá.....	—	—	—	1	2	—	2	1	—
Venezuela.....	1	—	—	6	7	1	13	21	26
Brasil	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Argentina.....	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Sudão.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Total	3	32	42	55	83	13	22	28	32

Como se observa, a mudança mais abrupta ocorreu nos anos de 1973 e 1974-75, estes últimos os da Revolução portuguesa. Com a queda do antigo regime, houve claramente uma expectativa de que as condições de trabalho iriam melhorar e tal expectativa reflecte-se no decréscimo acentuado da emigração. O relatório da COSETI anota:

Em 1974 e 1975, as demissões de pessoal da empresa decresceram muito especialmente por virtude do movimento revolucionário do 25 de Abril, o que levou geralmente as pessoas a fixarem-se nos seus postos de trabalho, na expectativa de melhoria de condições de prestação de serviço e de remuneração. Neste sentido, também aqueles que tencionavam emigrar adiaram a sua intenção, aguardando a possibilidade de melhorarem as suas condições de vida, sem terem que deixar a sua terra.

Em 1976, como se observa no quadro n.º 9, o número de trabalhadores a emigrar da fábrica elevou-se de novo, indicando o desencantamento geral em relação às expectativas criadas pelo movimento revolucionário. Embora o destino dos emigrantes se tenha deslocado da Europa para a Venezuela, as condições que estimulavam a emigração tinham-se mantido, no essencial, as mesmas.

O caso da COSETI tem particular interesse por duas razões. A primeira é que se trata de um exemplo de um estabelecimento industrial novo e tecnologicamente sofisticado afectado pelas carências de mão-de-obra tão duramente quanto as indústrias mais antigas, por causa das condições estruturais gerais que a política económica e industrial do regime tinha criado³². Em segundo lugar, o pessoal da COSETI tinha um tipo de mentalidade e de perspectiva de gestão invulgares no Norte, quase como se de exterior ao sistema se tratasse (e, de facto, não surgira como surpresa no sistema antes de 1968). Em vez de descarregar de forma tacanha as suas dificuldades por cima da política de salários e da incapacidade do regime em garantir formação técnica, queixas que não deixavam de ter fundamento, foi capaz de perspectivar a perda de mão-de-obra no contexto mais amplo das necessidades de força de trabalho na sociedade:

Com efeito, parece-nos significativo que, no contexto laboral de cerca de 2000 pessoas, tenham, numa década, deixado o seu posto de trabalho, para conseguir um emprego no estrangeiro, cerca de 350 pessoas.

A falta de remuneração suficiente para assegurar a satisfação das necessidades de subsistência dos seus agregados familiares, em alguns casos, a tentação pelo enriquecimento e a possibilidade de angariar os meios necessários para construir uma casa própria, a aquisição de um terreno ou uma pequena quinta, a compra de um automóvel, noutros, terão estado na base da decisão de deixar o País e conseguir trabalho no estrangeiro.

Em suma, reconhecia-se que a estrutura de salários era insuficiente para as necessidades básicas.

A atitude expressa no comentário da COSETI contrasta vivamente com a do empresário de uma firma têxtil, mais antiga e mais tradicional, que me disse, em 1978, que os trabalhadores da indústria do Norte não precisavam de salários mais elevados porque a maior parte deles tinham a possibilidade de cultivar a sua própria alimentação em pequenas hortas e, portanto, obter um suplemento ao seu rendimento pela agricultura de subsistência.

A maior parte da presente discussão tem-se focalizado nas desvantagens da emigração para a indústria do Norte. Houve, porém, um segmento da indústria que foi capaz de lucrar, em última análise, com a emigração, através da automatização e mecanização impostas pelas carências de trabalho. Embora este processo diga respeito a uma minoria das indústrias do Norte, constitui, não obstante, um importante factor do fenómeno da emigração.

Tal como se discutiu atrás, a indústria portuguesa do Norte tem sido tradicionalmente considerada como uma «indústria do centavo», predominantemente feita por aqueles que não tinham vontade de arriscar capital, inovar ou romper com o modelo. Contudo, as entrevistas com vários dos industriais mais empreendedores revelaram uma alteração vincada de orientação para algumas empresas-chave, em meados e finais dos anos 60, em resultado da emigração. Um dirigente de uma empresa metalúrgica em Braga afirmou que a emigração tinha feito «industriais» dos «donos» (isto é, tinha forçado

³² Em 1972, a indústria do Sul de grande dimensão também estava afectada pelas carências de mão-de-obra. O maior empregador industrial de Portugal (6500 empregados), a firma de construção e reparação naval da LISNAVE, então o maior *holding* do mais importante conglomerado português, a Companhia União Fabril (CUF), recrutava emigrantes a trabalhar já no estrangeiro e de regresso em férias, indo ao seu encontro nas estações fronteiriças (*Indústria Portuguesa*, Janeiro de 1972).

os proprietários a tornarem-se empresários, obrigando-os a pensar na tecnologia). Duas das maiores empresas têxteis do País conheceram idênticas transformações. Uma recorreu a uma firma alemã de consultores de gestão, pela primeira vez, em meados da década de 60. Para outra, a emigração «forçou uma revolução tecnológica» na indústria têxtil ³³.

Embora a emigração tenha tido indubitavelmente um efeito modernizador num certo número de empresas, para a maioria, a não disponibilidade de crédito e a força dos constrangimentos de longo prazo do modelo, e especialmente do condicionamento industrial, veio a desencorajar a inovação empresarial. A revolução tecnológica parecia ser para os que tinham os recursos e os meios para manipular o sistema, para os que tinham contactos.

Os contactos foram a chave para ladear os constrangimentos do condicionamento industrial. Eram a chave do acesso aos círculos decisórios, num regime em que os corpos formalmente representativos dentro da estrutura corporativa, os grémios e os sindicatos, tinham escassa independência real do poder. Embora o poder e a independência dos grémios variasse muito em cada fase do regime, área geográfica e sector, é geralmente reconhecido (Makler, 1979, Lucena, 1976) que a maioria dos industriais do Norte, especialmente no sector têxtil, tinham, quando a emigração conheceu o auge, um poder decisório nulo. Makler cita dois industriais têxteis do Norte que «sentiam que o grémio era ineficaz porque o Governo ignorava ou era insensível aos seus apelos» ³⁴:

Eu vou ao grémio discutir problemas de interesse geral que são fundamentais à nossa indústria, como seja o contrato de trabalho, que foi feito sem nos consultarem. Só fomos oficialmente informados de que haveria um aumento de quarenta por cento nos salários uma semana depois de a decisão do Governo estar tomada. [Braga, têxteis, empresa de grande dimensão.]

Não vejo grande interesse em ir ao grémio, visto que não me pode ajudar muito. Além de ser uma organização muito recente, o ministro não dá atenção ao que o grémio solicita e, às vezes, faz exactamente o contrário. [Porto, têxteis, empresa de muito grande dimensão.] [Makler, p. 145.]

O mecanismo do regime para a representação de interesses de um dos seus sectores mais importantes estava enfraquecido por causa da mudança nas prioridades de desenvolvimento do regime. A periferização e comparti-

³³ Entrevistas em 1978 com pessoas que tinham sido funcionários do trabalho franceses, no fim dos anos de 60 e princípios de 70, revelaram desenvolvimentos análogos na indústria têxtil de França, embora o problema não fosse uma carência de trabalho nativo, mas um excesso de trabalho emigrante. Durante o Governo Pompidou houve opiniões contraditórias quanto à disponibilidade de trabalho imigrante barato, e especialmente de imigrantes portugueses, que, sentia-se, estava a restringir o desenvolvimento tecnológico da indústria têxtil francesa.

³⁴ Wiarda também assinala que os grémios tinham escasso poder real:

Muito pouco poder foi alguma vez transferido para as corporações ou para os grémios [...], pelo contrário, a autoridade decisória continuou a repousar no Estado e no seu aparelho burocrático, ao qual os grémios, tal como as outras unidades corporativas, estavam subordinados. Os grémios funcionaram como uma peça do aparelho burocrático para fornecer alguns bens e serviços e executar e implementar decisões tomadas ao nível superior do sistema. Karamente questões de importância real eram aí discutidas ou decididas e, mais tarde, quando foram obrigados a reunir mensalmente, os grémios tornaram-se, segundo uma fonte, meros *grupos de chá*.

mentação da maior parte da indústria do Norte, como discutimos no início do texto, foi a consequência de um conjunto de políticas cujos efeitos a longo e curto prazo tiveram graves consequências, tanto para a indústria como para o trabalho.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

A vaga de emigração das décadas de 1960 e 1970 foi, fundamentalmente, a consequência mais gritante das contradições do modelo económico. A periferização da *élite* industrial do Norte tinha começado anteriormente, no século XIX, mas o processo foi perpetuado e agravado durante todo o regime, através da estrutura política do Estado Novo Corporativo e das políticas socioeconómicas do seu modelo económico quanto a instrução, formação profissional, salários e condições de trabalho.

Todos os sectores industriais afirmaram ter sofrido carências de mão-de-obra em resultado da emigração. Embora as carências tivessem afectado primeiro a indústria tradicional do Norte, o segmento que mais tinha aderido aos princípios das fases iniciais do modelo, as carências vieram posteriormente a afectar quase toda a indústria, independentemente da localização, ramo, dimensão e nível tecnológico. Enquanto tais carências acabaram por ser benéficas para um número relativamente pequeno de empresas capazes de se transformarem tecnologicamente, na maior parte da indústria do Norte vieram a causar a dupla perda de trabalho qualificado e de investimento de longo prazo *in situ* da formação profissional.

A indústria do Norte, portanto, estava manietada — suportando as consequências do que tinha ajudado a produzir ao apoiar Salazar e o modelo, nas primeiras décadas do regime. As novas prioridades portuguesas criaram condições em que a indústria do Norte já não podia sobreviver, em face da concorrência dos mercados de trabalho europeus, das guerras coloniais, de consequências inflacionistas, e da modernização industrial das regiões do litoral e do Sul.

O sector mais afectado, contudo, foi o trabalho, que se viu, num certo sentido, sacrificado às exigências e constrangimentos do desenvolvimento português. Apesar das declarações do que era provavelmente preocupação genuinamente humanitária por parte dos dirigentes do regime, a realidade era que a emigração foi o resultado das políticas económicas do regime e especificamente da política de salários — ao longo de um período de quase cinquenta anos. Quando as marcas das guerras coloniais e da modernização industrial se começaram a evidenciar nos anos 60, mais visivelmente na forma de inflação crescente, o trabalho foi o sector obrigado a absorver e a contra-actuar esses efeitos. Absorveu-se suportando, sem recurso à reivindicação, os baixos salários e contra-actuou tais efeitos enviando as remessas do estrangeiro. Independentemente de preocupações humanitárias, as remessas dos emigrantes ganharam uma importância sempre crescente na economia portuguesa.

A sangria de trabalho em Portugal foi máxima no preciso momento em que se dava o maior arranque industrial. Ter trabalho emigrado significava que os salários não necessitavam de ser competitivos internamente e que a balança de pagamentos estaria equilibrada, uma coisa e outra claramente vantajosas para os objectivos económicos do País. Ter trabalho no estrangeiro significou, porém, um passo suplementar para a periferização da indústria do Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Carlos, e Barreto, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, «Cadernos de Hoje», n.º 10, 1976.
- Castles, Stephen, e Kosack, Godula, «The Function of Labour Immigration in Western European Capitalism», in *New Left Review*, Maio-Junho de 1972, pp. 3-21.
- Cinanni, Paolo, *Emigrazione e Imperialismo*, 2.^a ed., Roma, Editori Riuniti, 1975.
- Cruz, Raul da, *Operários em Diálogo*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1976.
- Leeds, Elizabeth, *Emigration as Capital Accumulation in the Semi-Periphery: The Case of Portugal*, Cambridge, Mass., MIT, Dept. of Political Science.
- Lucena, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português: O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- Makler, Harry M., «The Portuguese Industrial Elite and its Corporative Relations: A Study of Compartmentalization in an Authoritarian Regime», in Lawrence S. Graham e Harry Makler (eds.), *Contemporary Portugal*, Austin, University of Texas Press, 1979.
- Mónica, Maria Filomena, «Moulding the Minds of the People: Views on Popular Education in 20th Century Portugal», comunicação à II International Conference on Modern Portugal, Durham, N. H., 21-24 de Junho de 1979.
- Murteira, Mário, Matos, Isilda Branquinho A. de, e Catarino, Acácio F., *Recursos Humanos em Portugal*, Lisboa, Ministério de Corporações e Previdência Social, Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, 1969.
- Pintado, V. Xavier, «Níveis e estruturas de salários comparados: os Portugueses e os Europeus», in *Análise Social*, vol. v, n.º 17, 1967.
- Pinto, Mário, e Moura, Carlos, *As Estruturas Sindicais em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973.
- Schmitter, Philippe, *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*, Beverly Hills, Califórnia, Sage Professional Papers in Contemporary Political Sociology.
- Sedas Nunes, A., Ferreira, Vítor, e Aguiar, Joaquim, «Níveis de instrução na indústria portuguesa», in *Análise Social*, n.ºs 27-28, 1970.
- Teodoro, António, *Sobre as Qualificações Escolares e Profissionais dos Trabalhadores Portugueses*, Lisboa, Seara Nova, 1977.
- Thormann, Peter H., «Employment and Earnings in Portugal, 1953-1967», in *International Labor Review*, vol. 99, 1969, pp. 589-606.
- Ward, Anthony, «European Capitalism's Reserve Army», in *Monthly Review*, Novembro de 1975.
- Wiarda, Howard, *Corporatism and Development: The Portuguese Experience*, Amherst, University of Massachusetts Press, 1977.